



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – RÁDIO E TV

HEMYLLY DA SILVA MENDES

TRABALHO DOMÉSTICO: Memórias e Realidades - Podcast Documental sobre
Escravidão Contemporânea

São Luís
2026

HEMYLLY DA SILVA MENDES

TRABALHO DOMÉSTICO: Memórias e Realidades - Podcast Documental sobre
Escravidão Contemporânea

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade Projeto Experimental apresentado à Universidade Federal do Maranhão (UFMA) como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social - Rádio e TV.

Orientadores: Prof.^a Dr.^a Flávia de Almeida Moura e Prof. Me. Jefferson Saylon Lima de Sousa.

São Luís
2026

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

da Silva Mendes, Hemyllly.

TRABALHO DOMÉSTICO: Memórias e Realidades - Podcast Documental sobre Escravidão Contemporânea / Hemyllly da Silva Mendes. - 2026.

57 p.

Coorientador(a) 1: Jefferson Saylon Lima de Sousa.

Orientador(a): Flávia de Almeida Moura.

Curso de Comunicacao Social - Rádio e Tv, Universidade Federal do Maranhão, São Luís - Ma, 2026.

1. Podcast Documental. 2. Trabalho Doméstico. 3. Mulheres Negras. I. de Almeida Moura, Flávia. II. Lima de Sousa, Jefferson Saylon. III. Título.

HEMYLLY DA SILVA MENDES

TRABALHO DOMÉSTICO: Memórias e Realidades - Podcast Documental sobre
Escravidão Contemporânea

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade Projeto Experimental apresentado à Universidade Federal do Maranhão (UFMA) como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Rádio e TV.

Aprovado em: / /2026

BANCA EXAMINADORA

Nome do integrante da banca Titulação Local de atuação
Nome do integrante da banca Titulação Local de atuação
Nome do integrante da banca Titulação Local de atuação
Nome do integrante da banca Titulação Local de atuação

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado de uma jornada intensa de aprendizado e a realização de um sonho que deu início em 2020 e hoje se concretiza. Agradeço profundamente às quatro mulheres negras que confiaram em mim suas trajetórias de vida; e a generosidade de seus relatos, para que esse podcast documental existisse.

Ao Sindoméstico (Sindicato das Trabalhadoras Domésticas) do Maranhão, pelo apoio na localização das participantes. À Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em especial ao curso de Rádio e TV/Audiovisual, por ser o espaço onde este sonho de graduação floresceu. Ao técnico Jorge Sousa, pelo auxílio nas gravações e por garantir a qualidade técnica deste produto final. Aos meus orientadores, Profa. Dra. Flávia de Almeida Moura e Prof. Me. Jefferson Saylon Lima de Sousa, pela condução cuidadosa, pelas provocações teóricas e por acreditarem no potencial deste podcast.

Um agradecimento especial para aqueles que se fizeram presentes em minha formação pessoal e profissional: à minha avó Maria Nilma, às minhas tias Edna Maria, Antônia Lopes e Edilane, e aos meus irmãos Hévylla e Jhonathan. A todos os amigos que me acompanharam e ajudaram nesta trajetória — Cadu, Emerson, Fabrício e Amanda, minhas amigas Paula e Rayane — e os outros que encontrei pelo caminho, em especial Sam, Gabi, Aninha, Fernandinha.

Como afirma hooks (2013, p. 38): “Erguer a voz é um ato político.”. Que este podcast seja um eco dessas vozes, transformando o silêncio em memória viva e o reconhecimento em ferramenta de libertação.

RESUMO

O presente relatório apresenta o desenvolvimento do projeto experimental que consistiu na criação de um *podcast* documental intitulado "*Trabalho Doméstico: Memórias e Realidades*", que analisa a persistência de práticas de escravidão contemporânea no trabalho doméstico com foco na realidade de mulheres negras em São Luís, Maranhão. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro mulheres que atuam ou atuaram como domésticas em São Luís, selecionadas com apoio do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Maranhão (Sindoméstico-MA). O projeto foi inspirado a partir da leitura do livro "Solitária" (2022), de Eliana Alves Cruz, que aborda o racismo estrutural e a segregação espacial simbolizada pelo "quartinho de empregada". A escolha pelo *podcast* justifica-se pelo poder da voz como ferramenta política e de resistência, no qual o objetivo principal foi visibilizar as trajetórias de mulheres negras trabalhadoras domésticas, investigando como essa profissão ainda reproduz padrões de exploração herdados do período colonial e que hoje é denominado de escravidão contemporânea, que não se define apenas por grilhões físicos, mas por jornadas exaustivas, condições degradantes e restrição de direitos, conforme o Artigo 149 do Código Penal Brasileiro. Este trabalho conclui que o combate à escravidão contemporânea no ambiente doméstico que exige não apenas fiscalização e leis, mas uma mudança profunda na percepção social que naturaliza a servidão de mulheres negras. O projeto cumpre sua função social e acadêmica ao utilizar a Comunicação Social como ponte para a visibilidade, reafirmando que o trabalho doméstico é uma profissão que exige respeito, direitos plenos e o fim da lógica senhorial de muitos lares brasileiros.

Palavras-chave: *podcast* documental; trabalho doméstico; mulheres negras.

ABSTRACT

This report presents the development of an experimental project involving the creation of a documentary podcast titled “Domestic Work: Memories and Realities”. The project analyzes the persistence of contemporary slavery practices in domestic work, focusing on the lived experiences of Black women in São Luís, Maranhão. Semi-structured interviews were conducted with four women currently or formerly employed as domestic workers in São Luís, selected with the assistance of the Maranhão Domestic Workers' Union (Sindoméstico-MA). The project was inspired by the book “Solitária” (2022) by Eliana Alves Cruz, which addresses structural racism and the spatial segregation symbolized by the “maid's room”. The choice of a podcast format is justified by the power of the voice as a tool for political expression and resistance; the primary objective was to bring visibility to the life stories of Black domestic workers and to investigate how this profession continues to reproduce patterns of exploitation inherited from the colonial era—now termed contemporary slavery. This form of slavery is defined not merely by physical shackles but by grueling work hours, degrading conditions, and the restriction of rights, as outlined in Article 149 of the Brazilian Penal Code. The study concludes that combating contemporary slavery in the domestic sphere requires not only regulatory oversight and legislation but also a profound shift in the social perceptions that normalize the servitude of Black women. The project fulfills both social and academic roles by using social communication as a bridge to visibility, reaffirming that domestic work is a profession deserving of respect, full rights, and an end to the master-servant mentality prevalent in many Brazilian households.

Keywords: documentary podcast; domestic work; black women.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	A ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA E A COMUNICAÇÃO	12
2.1	Caminhos teóricos percorridos	14
2.2	Trabalho escravo contemporâneo no contexto do trabalho doméstico	15
2.3	Questões de raça e gênero	21
3	QUESTÕES DE SONORIDADES: escolha pelo podcast	25
4	CAMINHOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS	31
5	A VOZ COMO ATO POLÍTICO: o desenvolvimento da peça prática	33
5.1	Estrutura e descrição dos episódios gravados	37
6	CONCLUSÃO	39
	REFERÊNCIAS	40
	APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas	42
	APÊNDICE B - Roteiros de produção do podcast	44
	APÊNDICE C - Termo de autorização de uso de voz	56
	APÊNDICE D - Estratégias de Circulação e Desdobramentos Pós-Produção	58

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Primeiro episódio “Trabalho Infantil” – Ouça aqui o: Episódio 1	35
Figura 2 - Segundo episódio “Rotinas Exaustivas” – Ouça aqui o: Episódio 2	36
Figura 3 - Terceiro episódio “Raça e Gênero” – Ouça aqui o: Episódio 3	37

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo circulação do podcast e visibilizar as narrativas das mulheres negras do podcast sobre a realidade do trabalho doméstico, especificamente na cidade de São Luís, Maranhão, destacando a trajetória de vida dessas mulheres, de onde vieram, como chegaram nessa profissão e o que já passaram realizando essa atividade, que é indispensável para a manutenção da vida cotidiana. Partindo do debate sobre escravidão contemporânea, busca-se compreender se o trabalho doméstico ainda reproduz práticas históricas de exploração de anos de escravização das casas grandes, especialmente na vida das mulheres negras (Conforti, 2019). E também dar vazão e circulação a vozes que o sistema senhorial tenta manter no "isolamento do ambiente privado".

A leitura do livro “Solitária” de Cruz (2022), inspirou a construção de um *podcast* documental como produto experimental, para que mulheres que já estiveram ou que ainda estão nessa profissão pudessem contar suas histórias. Para a construção da peça prática, foram entrevistadas quatro mulheres negras e trabalhadoras domésticas, residentes em diferentes localidades da capital maranhense, que além de indicação de conhecidos, foram encontradas com apoio do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Maranhão (Sindoméstico-MA).

Para fundamentar a escolha do *podcast* como produto comunicacional e linguagem de informação, a pesquisa recorre aos conceitos de McLuhan (1964) e Jenkins (2009) sobre meios e convergência, além da teoria de Schafer (2001) sobre a paisagem sonora e o impacto da mediação tecnológica na percepção do ambiente. A compreensão do *podcast* como hipermídia capaz de potencializar a comunicação é aprofundada por Sousa (2022) e Assis (2011), que destacam a potência da voz na cibercultura como ferramenta de resistência e a “liberação do pólo emissor”.

No que tange aos caminhos metodológicos, a abordagem qualitativa é orientada por Minayo (2014), garantindo que o estudo priorize a profundidade dos significados, das memórias e das subjetividades contidas nas trajetórias de vida das mulheres. As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro de perguntas que possibilitou conhecer suas trajetórias profissionais e pessoais, permitindo identificar outros temas para além do trabalho doméstico; como o trabalho infantil e as rotinas exaustivas. Assim foi definida a estrutura episódica do *podcast*.

A análise da escravidão contemporânea no âmbito doméstico é definida por Sakamoto (2020), dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e relatórios do Ministério

Público do Trabalho (MPT), além das contribuições de Moreira, Gurgel e Lins (2021) e Conforti (2019), que caracterizam a sutileza da exploração moderna através de jornadas exaustivas e condições degradantes.

O suporte crítico sobre as intersecções de raça, gênero e classe provém de autoras como Gonzalez (1984), Davis (2016), Crenshaw (1989) e Akotirene (2019), cujas teorias permitem desvelar como a colonialidade ainda estrutura o trabalho das mulheres negras no Brasil. Obras de hooks (2013; 2019) e Kilomba (2019) reforçam a necessidade de romper o silenciamento histórico, enquanto a denúncia de Preta Rara (2019) sobre a “senzala moderna” dialoga com a inspiração literária de Cruz (2022), consolidando a base ética e social deste projeto.

O *podcast* conta com três episódios. O primeiro fala o que é caracterizado como escravidão contemporânea e como e quando essas mulheres iniciaram na profissão. A partir de suas respostas, traz o debate sobre trabalho infantil como precursor da condição análoga à de escravos no contexto do trabalho doméstico. O segundo episódio fala das rotinas de trabalho e suas jornadas, e o terceiro e último episódio trata-se da discussão sobre as questões de raça e gênero no contexto da profissão.

O *podcast* traz relatos de quatro mulheres com diferentes histórias de vida e trajetórias profissionais, possibilitando a construção desse produto para deixar registrado que mesmo estando a décadas após fim da escravidão, ainda é possível ver que atitudes do passado ainda se perpetuam no futuro. As entrevistas não foram identificadas pois o objetivo do trabalho é a contação de sua trajetória no trabalho doméstico e a relação com a escravidão contemporânea.

Todavia, todas as entrevistas deram consentimento sobre o conteúdo das entrevistas bem como o uso de suas vozes na produção sonora.

As entrevistas revelaram aspectos recorrentes, como o início da atividade ainda na infância, sem compreender que se tratava de um crime e violação de direitos. De acordo com a legislação brasileira, é proibido qualquer tipo de trabalho para menores de 16 anos, com exceção da modalidade Jovem Aprendiz, permitida a partir dos 14 anos. Além disso, não possuíam remuneração adequada, além de relatos de acúmulo de funções, humilhações, discriminações de raça e gênero. Tais narrativas reforçam que, embora exista legislação de proteção, o trabalho doméstico segue sendo um espaço de desigualdades e desrespeito.

Diante disso, o capítulo inicial deste relatório, intitulado “A escravidão contemporânea e a Comunicação”, apresenta os fundamentos conceituais que sustentam a pesquisa, definindo o trabalho escravo contemporâneo no contexto doméstico conforme o Artigo 149 do Código Penal Brasileiro. O debate amplia-se para as questões de interseccionalidade de raça, gênero e

classe, utilizando autoras como Davis (2016) e Gonzalez (1984) para explicar como a herança colonial ainda submete mulheres negras a sistemas de exploração.

Já o capítulo “Questões de Sonoridade e escolha pelo *podcast*”, fundamenta-se no uso da linguagem sonora como informação e resistência, traz conceitos de sonoridade e a potência da voz na cibercultura. “Caminhos metodológicos percorridos” detalha a abordagem qualitativa e descritiva adotada para compreender a profundidade dos relatos e vivências das entrevistadas. É descrita a etapa de seleção das quatro colaboradoras, realizada com o apoio do Sindoméstico-MA e indicações pessoais, bem como a aplicação de entrevistas semiestruturadas

O quinto capítulo, intitulado “A voz como ato político: o desenvolvimento da peça prática”, apresenta o desenvolvimento do *podcast* documental “Trabalho Doméstico: Memórias e Realidades”, detalhando sua estrutura episódica e o processo de produção técnica. O texto descreve o conteúdo dos três episódios produzidos: o primeiro focado no trabalho infantil doméstico; o segundo nas rotinas exaustivas e ausência de direitos; e o terceiro nas discussões sobre raça e gênero. São detalhadas as etapas de pós-produção, como a edição na DAW Reaper e a criação da identidade visual, visando a distribuição em plataformas de *streaming*.

Por fim, as “Considerações finais” sintetizam as reflexões geradas pela imersão na realidade das trabalhadoras em São Luís, confirmando que a lógica da “senzala moderna” persiste através da invisibilidade e da exploração cotidiana. O texto reafirma a eficácia do *podcast* em humanizar dados estatísticos por meio do *storytelling* e da valorização da memória viva. Conclui-se que o combate à escravidão contemporânea exige, além de leis, uma mudança na percepção social que naturaliza a servidão, reafirmando o trabalho doméstico como uma profissão que exige respeito e direitos plenos.

2 A ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA E A COMUNICAÇÃO

A obra “Solitária” de Cruz (2022), conta a história de duas mulheres negras, Mabel e Eunice, mãe e filha, que moram no trabalho, um condomínio de luxo desses encontrados em qualquer grande cidade brasileira. Eunice, a mãe, é testemunha-chave de um crime chocante ocorrido na casa dos patrões. Mabel, a filha, constrói o caminho que leva não apenas à elucidação deste crime, mas a uma mudança radical na vida das pessoas que cercam as protagonistas.

O livro aborda o racismo estrutural, a exploração do trabalho doméstico análogo à escravidão, a diferença entre a maternidade negra/periférica e a branca/abastada, e a resistência através da educação. Solitária conta a história de uma mãe que é empregada doméstica, e que acaba abdicando de sua vida pessoal, casa e família pelo trabalho que mantém a saúde da mãe estável e os estudos de sua única filha Mabel, que também convive com a rotina de submissão da mãe aos patrões.

Dividido em três capítulos, a história das duas é contada a partir do olhar de cada uma e dos móveis do quatinho de empregada, que são os companheiros das protagonistas quando a rotina exaustiva acaba no fim da noite. A trama se intensifica quando Eunice se torna testemunha-chave de um crime que ocorre no prédio de luxo que trabalha, onde a situação acaba por abalar ainda mais a relação entre mãe e filha.

A inserção de muitas mulheres em determinadas profissões ocorreu, historicamente, devido às necessidades econômicas familiares e à limitação de oportunidades no mercado formal de trabalho. O contexto histórico também é indispensável para compreender essa realidade. Durante o período colonial brasileiro, as mulheres negras, em sua maioria, ficavam dentro das casas grandes e eram as responsáveis por todo o trabalho doméstico, sem remuneração ou quaisquer direitos.

Após a assinatura da Lei Áurea, em 1888, essas mulheres continuaram sem acesso à educação, moradia digna e oportunidades de trabalho, sendo empurradas para a mesma atividade que exerciam na escravidão. Após o fim dela, nos deparamos com práticas e estruturas que sustentam o que hoje chamamos de escravidão contemporânea. Assim, este trabalho busca conceder um espaço no qual suas vozes e histórias possam ser contadas e ouvidas, e para enfatizar que o trabalho doméstico merece ser digno e respeitado.

O quartinho da empregada de Eunice é como qualquer outro: um cubículo mal iluminado e sem janelas. Solitário. Dá na cozinha, na lavanderia, na área de serviço e no elevador de mesmo nome. Chegar e sair é também por ali, pelos fundos, às escondidas. Lógica de apartamento, de apartheid, de segregação; elo de uma corrente que fez dos condomínios de alto padrão uma tecnologia do cárcere — para não dizer de cativoiro — e metáfora arquitetônica do Brasil. (Cruz, 2022, não paginado).

O trecho acima, retirado do romance de Cruz (2022), sintetiza simbolicamente a realidade estrutural do trabalho doméstico no Brasil: um espaço oculto, comprimido e segregado, herdeiro direto da arquitetura social da escravidão. Foi a partir dessa leitura, marcada pelo reconhecimento das permanências de um passado escravocrata, que surgiu a inspiração para este trabalho de conclusão de curso na modalidade de projeto experimental para a construção de um *podcast*.

Apesar da abolição formal da escravidão em 1888, o Brasil ainda carrega resquícios do sistema escravocrata, especialmente nas relações de trabalho semelhantes aos que eram exercidos naquela época. Em pleno século XXI, milhares de brasileiras vivem situações de trabalho análogo à escravidão, seja pela sobrecarga de funções, ausência de direitos, controle excessivo por parte dos empregadores ou pela violência racial e de gênero.

O trabalho doméstico no Brasil é uma das principais ocupações exercidas por mulheres negras, de baixa renda e escolaridade. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2025) revelam que 69,9% das pessoas que exercem trabalho doméstico e/ou de cuidados remunerados no Brasil são mulheres negras, evidenciando a forte concentração racial e de gênero nesse setor. Esse dado não apenas confirma a permanência de desigualdades históricas, como também explicita a continuidade de uma lógica estrutural que associa o cuidado e o serviço doméstico aos corpos de mulheres negras.

Além disso, a pesquisa aponta que a maioria dessas trabalhadoras atua em ambientes familiares e apresenta menor nível de escolaridade em comparação às não negras, o que reforça as barreiras de acesso a outras oportunidades no mercado de trabalho.

Nesse sentido, tais números dialogam diretamente com a perspectiva da interseccionalidade, ao demonstrar como raça, gênero e classe operam conjuntamente na manutenção de posições sociais subalternizadas, especialmente no contexto do trabalho doméstico no Brasil. Não é raro que qualquer pessoa conheça na própria família, entre amigos ou vizinhos, alguém que ocupa ou já ocupou essa função. Essa naturalização do trabalho doméstico como “destino” das mulheres negras é resultado direto de uma construção histórica que remonta ao período colonial.

Desde a época da escravidão, as atividades relacionadas ao cuidado da casa, à limpeza, à cozinha e à criação dos filhos das famílias brancas eram atribuídas às mulheres negras escravizadas. Mesmo após a “abolição” formal, essas funções permaneceram socialmente associadas às mulheres negras e pobres, perpetuando um ciclo de subalternidade e exploração. A escravidão legal acabou, mas suas heranças estão presentes no cotidiano e nas experiências de vida das mulheres negras e no centro dessas experiências temos o capitalismo que se manifesta através da imensa capacidade que têm as classes dominantes, em todos os períodos históricos, de incorporar, até onde forem possíveis seus privilégios (Moreira, Gurgel e Lins, 2021).

Na atualidade, o trabalho doméstico consolidou-se como uma das atividades mais desvalorizadas do mercado brasileiro: mal remunerado, informal e socialmente invisibilizado. Essa condição reflete o que autoras do feminismo negro, como Davis (2016) e Gonzalez (1984) apontam, como a permanência das estruturas racistas e patriarcais que sustentam a desigualdade no país. O espaço doméstico associado ao cuidado, à intimidade e à proteção transforma-se, para muitas trabalhadoras, em um ambiente de opressão e violação de direitos.

Mesmo diante de avanços importantes, como a PEC das Domésticas (Emenda Constitucional nº 72/2013) que ampliou direitos trabalhistas historicamente negados à categoria, a realidade muitas vezes permanece marcada por jornadas exaustivas, ausência de descanso, salários irregulares, violência psicológica, vigilância constante e, em casos mais graves, retenção de documentos e impossibilidade de ir e vir.

Foi buscando compreender como essas permanências se manifestam ainda na atualidade que surgiu a proposta do *podcast* sobre escravidão contemporânea “Trabalho Doméstico: Memórias e Realidades”. A literatura “Solitária” aguçou uma maior curiosidade sobre a temática do trabalho doméstico que, a partir de pesquisas e aprofundamentos, foi possível relacionar com o que hoje é caracterizado como escravidão contemporânea. O livro, além de relatar a vida cotidiana de mãe e filha que trabalham numa cobertura de luxo, faz denúncias para o leitor sobre as novas formas de escravização no ambiente doméstico, hoje camufladas nas relações de trabalho.

2.1 Caminhos teóricos percorridos

Esse tópico e os seguintes apresentam os conceitos e o que caracterizamos hoje como trabalho escravo contemporâneo no contexto do trabalho doméstico. Ainda trata das questões interseccionais, classe, raça e gênero, facilitando assim, a compreensão do porquê mulheres e,

em sua maioria negras, estão submetidas a tal sistema. E por fim, apresenta-se o conceito de *podcast* documental bem como a justificativa de sua escolha para desenvolver o produto.

Segundo Conforti (2019), o trabalho escravo doméstico ocorre quando, dentro do ambiente da casa, a trabalhadora é submetida a condições degradantes, jornadas abusivas, isolamento e/ou restrição de liberdade, muitas vezes sem acesso a salário digno ou direitos básicos e trabalhistas. Dessa forma, o trabalho escravo contemporâneo no contexto do trabalho doméstico pode ser compreendido como a submissão de trabalhadoras, majoritariamente mulheres negras, a condições de exploração no ambiente privado, caracterizadas por jornadas exaustivas, condições de trabalho degradantes, restrição de liberdade e negação de direitos. Caracterizando crime, conforme definido no artigo 149 do Código Penal Brasileiro com dimensões históricas e estruturais, evidenciando a permanência dessas relações sociais herdadas do período escravocrata no Brasil.

O trabalho doméstico no Brasil nasce diretamente da escravidão colonial, e essa herança ainda permanece nas relações atuais. A compreensão das experiências das trabalhadoras domésticas no Brasil exige um olhar atento às estruturas históricas que moldaram a construção na sociedade de raça, gênero e classe no nosso país. Para analisar suas trajetórias, suas vozes e suas narrativas, é fundamental reconhecer que essas mulheres estão inseridas em um contexto marcado pela continuidade das opressões raciais e patriarcais. Assim, este estudo se apoia em entender o que é escravidão contemporânea, com o recorte de raça e gênero no trabalho doméstico e como a voz pode ser uma ferramenta essencial para aquelas que nunca puderam ser ouvidas.

2.2 Trabalho escravo contemporâneo no contexto do trabalho doméstico

O Brasil ainda se estrutura a partir de fontes coloniais que naturalizam a servidão e a desigualdade racial, especialmente no trabalho doméstico. Mesmo após a abolição, estruturas que remetem à escravidão permanecem vivas no cotidiano de mulheres negras domésticas. As práticas de desumanização, o controle dos corpos e o apagamento de direitos foram ressignificados, mas não superados.

Segundo Moreira, Gurgel e Lins (2021), o trabalho escravo contemporâneo no Brasil permanece como um problema social persistente, ele se dá por meio de práticas como trabalho forçado, jornadas exaustivas, condições degradantes e restrição de liberdade de locomoção, muitas vezes motivadas por dívidas, exploração econômica ou condições precárias de trabalho.

A compreensão do trabalho contemporâneo, em sua face mais extrema, exige a análise do conceito de trabalho análogo ao de escravo, denominação priorizada na legislação brasileira para diferenciar as práticas atuais da escravidão colonial e superar o estereótipo de grilhões e castigos físicos. Conforme defendido por Leonardo Sakamoto, a compreensão da escravidão contemporânea exige olhar para além dos castigos físicos, focando no princípio da dignidade da pessoa humana. No contexto doméstico, isso se revela quando a trabalhadora é reduzida à condição de objeto através de jornadas que consomem seu corpo e mente.

Nessa perspectiva, a restrição da liberdade manifesta-se primordialmente pela limitação concreta da capacidade de autodeterminação e autonomia, o que compromete a liberdade e a dignidade humana ao reduzir o trabalhador à condição de objeto.

Como afirma Conforti (2019), a escravidão moderna é mais sutil, ocorrendo muitas vezes sem o cerceamento direto do direito de ir e vir, sendo caracterizada juridicamente por elementos como condições degradantes, jornadas exaustivas e servidão por dívida. Tais práticas são recorrentes em contextos marcados por desigualdades estruturais, como o trabalho doméstico, onde a informalidade e o isolamento no ambiente privado favorecem a invisibilidade e a naturalização da exploração.

O trabalho doméstico pode ser compreendido como o conjunto de atividades realizadas no âmbito residencial, voltadas à manutenção da casa e ao cuidado das pessoas que nela habitam, incluindo tarefas como limpeza, alimentação, organização e assistência a crianças, idosos ou pessoas dependentes. No Brasil, esse tipo de trabalho é regulamentado pela Lei Complementar nº 150/2015, que define o empregado doméstico como aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal, no âmbito familiar, sem finalidade lucrativa.

No entanto, para além de sua definição legal, o trabalho doméstico deve ser analisado como uma prática social historicamente marcada por desigualdades estruturais. Conforme aponta Gonzalez (1984) esse tipo de trabalho está profundamente vinculado à herança escravocrata brasileira, que destinou às mulheres negras posições de subalternidade e serviço.

Na mesma perspectiva, Davis (2016) evidencia que o trabalho doméstico, ao longo da história, foi sistematicamente invisibilizado e desvalorizado por estar associado ao espaço privado e às mulheres, especialmente mulheres negras e pobres. Para a autora, a naturalização desse tipo de trabalho contribui para a manutenção de relações desiguais, nas quais a exploração é frequentemente mascarada por discursos de afeto, confiança e proximidade.

Dessa forma, o trabalho doméstico não pode ser compreendido apenas como uma categoria ocupacional, mas como um campo atravessado por relações de poder que envolvem

gênero, raça e classe. Essas características tornam o setor particularmente vulnerável à precarização e à violação de direitos trabalhistas, podendo, em casos extremos, configurar situações de trabalho em condições análogas à escravidão.

No livro “Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada”, Preta Rara (2019) denuncia as condições de trabalho e de vida das trabalhadoras domésticas contemporâneas. Ao afirmar que: “[...] a senzala moderna é o quartinho da empregada.”, a autora não apenas mobiliza uma crítica contundente à arquitetura dos edifícios brasileiros, mas evidencia que a lógica da segregação estrutural ainda organiza o espaço doméstico.

Sua obra expõe relatos de violência, humilhação, racismo e exploração, mostrando que a formalização dos direitos não eliminou as desigualdades coloniais que estruturam essa atividade. Segundo a autora: O quarto de empregada é uma senzala moderna, disfarçada de benefício, mas construída para manter a trabalhadora sempre à disposição, invisível e distante da vida social da casa (Preta Rara, 2019).

No livro “Mulheres, Raça e Classe”, publicado na década de 1980 e que teve sua tradução brasileira em 2016, mostra como as mulheres negras foram ligadas ao trabalho doméstico, desde o sistema escravista até a sociedade capitalista pós-abolição. Davis (2016), argumenta que as mulheres negras sempre foram as que trabalham mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa na vida das mulheres negras da atualidade reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão.

Conforme aponta Gonzalez (1984) a mulher negra é vista como a ‘mucama permitida’, evidenciando a permanência de estruturas racistas e sexistas que associam esse grupo social ao trabalho doméstico e à subalternidade. A maneira como a sociedade “racializada” configura o corpo da mulher negra está diretamente conectada à história da escravidão e às representações sociais que a reduzem a papéis de serviço.

Na casa grande, mulheres negras escravizadas atuavam como mucamas, amas de leite, cozinheiras, costureiras e cuidadoras. Com a urbanização, a separação entre casa grande e senzala ganhou nova forma: o quarto da empregada, não passa de um espaço reduzido e mal iluminado, nos fundos das casas e em apartamentos de classe média e alta.

Para Freyre (2003), essa transformação espacial não eliminou a lógica colonial; apenas “modernizou a senzala”, mantendo a trabalhadora disponível, próxima ao serviço e distante da convivência familiar.

Mesmo após 1888, a abolição não abriu portas para a população negra. Muitas mulheres foram empurradas, pela falta de oportunidades e continuidade do racismo estrutural, para o mesmo tipo de trabalho realizado por suas bisavós e avós. Por isso, não é raro encontrar três ou

quatro gerações de trabalhadoras domésticas numa família que segue essa profissão, que por muitas vezes acabam tendo essa opção por ausência de estudos e até mesmo oportunidades.

Essa problemática possui raízes culturais e estruturais profundas, incluindo a cultura de exploração predatória do trabalho e o ciclo de pobreza, que facilita a perpetuação dessa situação, especialmente entre populações mais vulneráveis e migrantes.

O trabalho é um direito fundamental e universal, só se legitima quando exercido em condições dignas. Quando essa discussão é deslocada para o campo do trabalho doméstico, torna-se evidente que a escravidão moderna no Brasil assume problemáticas raciais e de gênero. Historicamente, o trabalho doméstico foi socialmente destinado às mulheres negras, herança direta do sistema escravocrata, que naturalizou a exploração de seus corpos.

A compreensão do trabalho em condições análogas à de escravo no Brasil contemporâneo exige uma abordagem que ultrapasse a simples enumeração de práticas degradantes e se ancore em um critério jurídico, ético e social mais profundo: o princípio da dignidade da pessoa humana. Tal princípio, estruturante do estado democrático de direito, revela-se de forma mais evidente a partir de suas violações concretas, sobretudo quando o trabalhador é reduzido à condição de objeto, meio ou mercadoria.

Nesse sentido, torna-se fundamental a construção conceitual do trabalho digno, pois é a partir de sua negação que se pode identificar o trabalho realizado em condições análogas à escravidão. Essa abordagem evita a limitação de listas exemplificativas e permite uma análise contextual, sensível às especificidades históricas, sociais e culturais que marcam as relações de trabalho no Brasil, especialmente aquelas atravessadas por raça, gênero e classe.

No Brasil contemporâneo, o trabalho doméstico ainda é um dos setores mais marcados pela informalidade, baixos salários e violações de direitos fundamentais, como jornadas exaustivas, isolamento social, restrição de liberdade e dependência econômica, elementos que se aproximam das condições análogas à escravidão. Davis (2016) evidencia que a exploração do trabalho feminino negro não é um resquício do passado, mas uma engrenagem ativa do capitalismo contemporâneo. Para a autora, raça, gênero e classe operam de forma indissociável, produzindo formas específicas de exploração que se tornam socialmente invisíveis. Essa invisibilidade não é acidental, mas sustentada por discursos e representações que naturalizam a desigualdade.

Os meios de comunicação não apenas refletem a realidade social, mas participam ativamente de sua construção simbólica. A ausência ou a representação estereotipada da mulher negra trabalhadora, sobretudo no trabalho doméstico, contribui para a banalização da exploração e para o silenciamento das práticas de escravidão contemporânea. Ao mesmo tempo,

o audiovisual possui potência para denunciar, tensionar e ressignificar essas narrativas, tornando visíveis sujeitos historicamente marginalizados, como do maranhense Marinaldo Soares Santos, de 52 anos, do documentário “Servidão” (2024)¹, que começou trabalhar ainda na infância com seus pais, não conseguiu continuar os estudos e isso acabou o levando para situação de trabalho análogo a escravidão.

Em busca de recursos para minha família, acabei sendo escravizado a maior parte das vezes em que eu trabalhei. Eu tinha meu direito negado. Na verdade, eu nem conhecia meu direito. Aquilo que eu estava passando, achava que estava passando por causa da minha precisão, porque eu era pobre. (Informação verbal de Marinaldo Soares Santos, no documentário Servidão, 2024).

A regulamentação do trabalho doméstico avançou lentamente. Passou por marcos como: 1941 – Decreto-Lei nº 3.078; 1972 – Lei nº 5.859, que formalizou a profissão; 1988 – Constituição, mas ainda com restrições; 2013 – Emenda Constitucional nº 72 (PEC das Domésticas), que garantiu direitos como; 44h semanais; horas extras; FGTS; seguro-desemprego; adicional noturno; férias; folgas e 13º salário. Mas ainda assim, segundo o IPEA Brasil (2025), mais de 70% das trabalhadoras domésticas seguem sem carteira assinada, e a maioria absoluta é formada por mulheres negras.

Laudelina de Campos Mello, pioneira do movimento, já denunciava essa desigualdade nos anos 1930. Fundadora da Associação das Empregadas Domésticas em 1961, defendia que “Não há democracia enquanto a mulher negra continua sendo tratada como um objeto de serviço”. Segundo dados biográficos disponibilizados por Castro (2025), ela começou a trabalhar ainda na infância, aos 7 anos, abandonando a escola para ajudar a cuidar dos irmãos, e aos 16 anos iniciou sua atuação nos movimentos sociais negros. Sua atuação foi fundamental porque as trabalhadoras domésticas não tinham direito à sindicalização e nem eram protegidas pela legislação vigente. E foi em 1972 que a categoria, garantiria direitos de carteira assinada e previdência social, mas ainda com restrições.

O Código Penal Brasileiro, em seu Artigo 149, define como condição análoga à de trabalho escravo situações que envolvem: trabalhos forçados; jornada exaustiva; condições degradantes, cerceamento de liberdade ou retenção de documentos e vigilância ostensiva. Esses

¹Sinopse: A Lei Áurea foi assinada em 1888, porém até hoje estima-se que existam uma média de 369 mil brasileiros vivendo em relações de trabalho escravo. Através de depoimentos de abolicionistas modernos e trabalhadores rurais que foram vítimas da escravidão contemporânea, o documentário dirigido por Renato Barbieri e Neto Borges, investiga a sociedade brasileira que há cinco séculos continua a subjugar a mesma categoria de pessoas. Embora as condições de trabalho análogas à escravidão sejam consideradas crimes previstos pelo Código Penal Brasileiro, o regime de servidão ainda pode ser visto em diversos cantos do país. Focado nas regiões da Amazônia, a produção é narrada pela atriz e cantora Negra Li.

elementos são recorrentes em casos envolvendo trabalho doméstico. Relatórios do Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) indicam que, entre 2017 e 2023, mais de 90% das vítimas resgatadas de trabalho doméstico análogo à escravidão eram mulheres negras.

Em 2021, um dos casos mais emblemáticos foi o de Madalena Gordiano, mantida em condição de servidão. A mesma foi mantida em condição análoga à escravidão por 38 anos, iniciando aos 8 anos de idade e sendo resgatada em 28 de novembro de 2020, aos 46 anos, em Patos de Minas (MG). Ela foi mantida como empregada doméstica sem nenhum direito, não tinha contato com vizinhos, foi privada de liberdade, teve casamento forçado e exploração financeira por parte dos “empregadores”.

A luta pelo reconhecimento do trabalho doméstico no Brasil é uma trajetória secular marcada pela resistência contra a invisibilidade, o racismo estrutural e a desvalorização de uma atividade essencial à vida humana. Historicamente, essa atividade tem suas raízes no período escravocrata, quando as tarefas de cuidado eram delegadas a mulheres negras e crianças, consolidando um padrão de subalternidade que persistiu mesmo após a abolição formal.

Durante décadas, as trabalhadoras foram excluídas de marcos legais como a CLT de 1943, sendo relegadas a uma condição de “não-trabalho” ou “serviço privado” sendo isentas ao acesso a direitos básicos.

A jornada por direitos plenos atravessou momentos cruciais:

- a) Constituição de 1988: Estendeu alguns direitos, mas ainda manteve a categoria em um patamar de "especialidade", excluindo-as de garantias como a limitação da jornada.
- b) PEC das Domésticas (EC 72/2013) e Lei Complementar 150/2015: Consideradas por muitos como uma "segunda Lei Áurea", estas normas finalmente asseguraram isonomia salarial, FGTS, seguro-desemprego e a jornada de 44 horas semanais.
- c) Convenção 189 da OIT: Ratificada pelo Brasil em 2018, reforça o compromisso internacional com o trabalho decente no setor.

Apesar dos avanços legais, a realidade prática revela obstáculos persistentes. Atualmente, a categoria enfrenta um alto índice de informalidade, onde cerca de três em cada quatro trabalhadoras não possuem carteira assinada. Nota-se também o fenômeno da “diarização”, uma tendência de contratação por até dois dias na semana para evitar o vínculo empregatício formal, o que desprotege a trabalhadora de direitos previdenciários e sociais.

A luta é indissociável das questões de gênero e raça, visto que mais de 90% da categoria é feminina e majoritariamente composta por mulheres negras (67,3%). Essa sobreposição de vulnerabilidades explica a manutenção de mentalidades senhoriais, que muitas vezes camuflam a exploração sob o mito de que a empregada é “quase da família”.

Casos extremos de trabalho análogo à escravidão continuam sendo registrados, como o resgate em 2025 de uma idosa de 64 anos na Bahia que trabalhou para a mesma família por mais de cinco décadas sem remuneração no município de Itabuna, no sul da Bahia, ela foi resgatada por uma ação conjunta da Inspeção do Trabalho, com apoio do Ministério Público do Trabalho, da Defensoria Pública da União e da Polícia Federal.

A vítima vivia com a mesma família há mais de 50 anos, sendo transferida entre gerações, o que evidencia a naturalização de relações de servidão no ambiente doméstico, a idosa exercia suas atividades sem qualquer tipo de remuneração, permanecendo à disposição da família em tempo integral, além de estar submetida a maus-tratos e restrição de liberdade, sem possibilidade de sair da residência.

A situação de exploração se agrava pelo controle financeiro exercido pela família, que se apropria integralmente do benefício previdenciário da vítima, sem qualquer repasse. Ademais, a trabalhadora foi encontrada em condições de extrema vulnerabilidade, com sinais de negligência à saúde, incluindo a ausência de cuidados médicos adequados.

Na atualidade, o trabalho doméstico ainda é socialmente percebido como um resquício da escravidão. Muitas mulheres negras continuam submetidas a humilhações, assédio moral, abusos e relações de poder. A falta de oportunidades formais e a necessidade de renda reforçam a permanência nessa atividade, muitas vezes iniciada na adolescência ou infância — como mostram algumas entrevistas coletadas.

2.3 Questões de raça e gênero

O trabalho doméstico no Brasil permanece amplamente precarizado e socialmente desvalorizado, sendo fundamental compreender suas raízes históricas para analisar as desigualdades que o atravessam. Nesse sentido, torna-se especialmente relevante investigar a relação entre mulheres negras e o trabalho doméstico, uma vez que essa atividade está vinculada às estruturas de raça, gênero e classe que se estruturam desde o período escravocrata.

O racismo estrutural no Brasil perpetua desigualdades que não foram superadas com a abolição formal da escravidão em 1888. Durante o período escravista, mulheres negras eram submetidas a múltiplas formas de exploração: atuavam como amas de leite, responsáveis pelo

cuidado dos filhos das famílias senhoriais, realizavam o trabalho doméstico e, muitas vezes, eram também vítimas de violência sexual, colocando-as em condições de subalternidade, negando-lhes autonomia, liberdade e possibilidades de escolha sobre suas próprias vidas.

No período pós-abolição, sem estudos, nenhuma reparação histórica e ausência de oportunidades, houve a continuidade dessas relações de dominação. Muitas mulheres negras foram empurradas de volta ao trabalho doméstico em troca de moradia e alimentação. Dessa forma, o trabalho doméstico consolidou-se como uma herança colonial, historicamente associada à população negra e, em especial, às mulheres negras.

Como aponta Davis (2016), as mulheres negras sempre trabalharam. Em *Mulheres, Raça e Classe*, a autora demonstra como o trabalho doméstico imposto às mulheres negras não apenas sustentou a estrutura escravocrata, mas também contribuiu para a naturalização de sua posição em ocupações desvalorizadas. Além disso, a análise interseccional contribui para compreender como essas desigualdades se articulam.

Segundo Akotirene (2019), as opressões de raça, gênero e classe não atuam de forma isolada, mas se cruzam e produzem experiências específicas de subordinação. No caso das mulheres negras no trabalho doméstico, essa intersecção evidencia por que elas continuam sendo maioria em ocupações precarizadas, mal remuneradas e socialmente desvalorizadas.

O trabalho doméstico foi atribuído às mulheres negras desde dos tempos da escravidão como uma função naturalizada e de menor valor social, condição que persiste até os dias atuais, como se essa atividade lhes fosse naturalmente destinada a elas. No presente, essa lógica ainda se reproduz, mantendo mulheres negras majoritariamente no papel de cuidadoras do lar, o que reforça desigualdades históricas e evidencia a permanência de estruturas racistas e patriarcais na sociedade brasileira.

O resultado da Pesquisa Nacional sobre Trabalho Doméstico e de Cuidados, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica (Ipea) e o Ministério da Igualdade Racial (MIR) em 2025, revelou que as pessoas que declaram realizar trabalho doméstico e/ou de cuidados remunerados no Brasil, 69,9% são mulheres negras. Além disso, existem diferenças na escolaridade: 52,4% das trabalhadoras domésticas negras não concluíram o ensino médio, contra 42,9% das não-negras, o que reforça a desigualdade por raça entre mulheres que desempenham a mesma atividade.

Segundo Crenshaw (1989), a interseccionalidade é uma ferramenta teórica que nos permite compreender como diferentes sistemas de opressão — especialmente o racismo e o sexismo — colidem e atuam simultaneamente na vida das mulheres negras. A autora denuncia que o feminismo hegemônico falha ao não contemplar essas mulheres, pois quando a raça entra,

o gênero sai; quando o gênero entra, a raça sai, revelando uma estrutura que reproduz exclusões e mantém o racismo dentro do próprio movimento.

Da mesma forma, ela afirma que o movimento negro também não é capaz de abarcar plenamente as experiências das mulheres negras, uma vez que a luta antirracista toma o homem negro como sujeito universal, invisibilizando o sexismo presente nas vivências femininas.

O termo interseccionalidade foi cunhado por Crenshaw (1989), uma proeminente defensora dos direitos civis nos Estados Unidos e uma das principais estudiosas da teoria crítica da raça. A autora introduziu o conceito em seu artigo de 1989, “Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo”, e o aprofundou em 1991, em “Mapeando as Margens”.

Crenshaw (1989) buscou compreender formas de opressão que não podiam ser explicadas de maneira isolada, evidenciando que os sistemas tradicionais de análise — que separam raça e gênero — são insuficientes para dar conta da complexidade das experiências vividas por mulheres negras.

O feminismo negro, portanto, parte da noção de interseccionalidade para compreender que as opressões vividas pelas mulheres negras são resultado da articulação inseparável entre raça, gênero e classe. Essas estruturas, como afirma Akotirene (2019), funcionam como uma “mecânica de desumanização” que empurra a maioria das mulheres negras para posições de marginalidade, ausência de representação e vulnerabilidade social. A interseccionalidade é, assim, uma metodologia que permite analisar como o patriarcado, sexismo e racismo operam conjuntamente e produzem violências específicas, que não podem ser entendidas a partir de um único eixo de opressão, ela nos permite enxergar a colisão das estruturas.

A construção histórica das categorias raça e gênero estão ligadas desde os primeiros movimentos feministas ocidentais, que reivindicavam direitos para as mulheres, mas se referiam prioritariamente às experiências das mulheres brancas de classe média. Nesse contexto, surge a pergunta fundamental: onde estavam as mulheres negras? Como afirma hooks (2019), quando as feministas brancas diziam “mulher”, elas não estavam falando de todas, mas apenas delas mesmas. As mulheres negras, por sua vez, estavam trabalhando, majoritariamente em ocupações subalternizadas, muitas vezes cuidando dos filhos e das casas das mulheres que lutavam por libertação.

O sistema patriarcal sempre colocou as mulheres em posição inferior, mas essa inferiorização é ainda mais profunda quando se trata das mulheres negras, que carregam o peso histórico da escravidão. Por isso, a interseccionalidade é uma chave analítica indispensável para compreender as experiências das mulheres negras trabalhadoras domésticas, que se encontram

na encruzilhada entre raça, gênero e classe, esses três eixos de opressão que não atuam de forma isolada.

O trabalho doméstico no Brasil não pode ser analisado sem considerar a raça, pois esse é um campo atravessado por desigualdades historicamente estruturadas. A maioria das mulheres que atua nesse setor é negra e de baixa renda, revelando a permanência de um sistema que distribui desigualmente quem cuida e quem é cuidado. Por meio de pesquisas e relatos é possível perceber que o cotidiano das trabalhadoras domésticas é um dos espaços em que mais se reproduzem as “estruturas herdadas da escravidão”, tornando o lar um cenário onde a lógica da casa-grande continua operando.

O fato de o trabalho doméstico ser majoritariamente ocupado por mulheres negras não é acidental, mas ação direta de um passado que ainda não aboliu em sua totalidade práticas do passado e que só consegue ver a mulher negra num lugar de subserviência. De acordo com Kilomba (2019), o colonialismo não é apenas um evento histórico, mas uma estrutura psíquica e social que se atualiza diariamente. O colonialismo não é algo que aconteceu, mas algo que continua a acontecer, produzindo episódios de racismo que marcam o corpo, a memória e a subjetividade das pessoas negras.

A autora evidencia que o sujeito negro é constantemente colocado no lugar de “outro”, desenvolvendo uma “dupla consciência” que o obriga a enxergar-se pelos olhos da branquitude, que o inferioriza e controla. Esse processo é especialmente evidente nas relações de poder presentes no trabalho doméstico, onde a herança colonial se manifesta tanto nas práticas quanto nos discursos que silenciam e deslegitimam esses corpos.

Assim, ao articular Crenshaw (1989), Gonzalez (1984), Akotirene (2019) e Kilomba (2019), é possível compreender que as experiências das mulheres negras, em especial as trabalhadoras domésticas, são moldadas por uma estrutura interseccional de opressão enraizada na colonialidade brasileira e percebe-se que raça e gênero, não podem ser categorias separadas, pois por meio delas é possível revelar como a desigualdade é produzida, mantida e naturalizada.

3 QUESTÕES DE SONORIDADES: escolha pelo podcast

Segundo Assis (2011), o *podcast* pode ser definido brevemente como um arquivo de mídia, tradicionalmente em formato de áudio, que é transmitido via *podcasting*. A palavra foi cunhada pelo jornalista Ben Hammersley em 2004, no jornal The Guardian. Trata-se de um neologismo que mistura os termos *iPod* (o tocador de música da Apple) e *broadcasting* (radiodifusão). O jornalista percebeu que surgia um novo fenômeno de distribuição de rádio via internet, misturando conversas informais com a conveniência de se ouvir quando quisesse. Ao contrário do rádio tradicional, o *podcasting* permite que o ouvinte acesse o conteúdo em qualquer lugar e a qualquer hora.

Para além da definição técnica Assis (2011) caracteriza o podcast como uma hipermídia inserida na cibercultura, dotada de particularidades quanto às noções de tempo, espaço e narrativa. A narrativa do *podcast* é considerada a “narrativa da virtualidade”, assemelhando-se à do hipertexto, onde o conteúdo sonoro não existe isoladamente, mas faz parte de uma rede que inclui informações e *links* relacionados em páginas da internet. Dessa forma, o *podcast* é compreendido como uma experiência virtual hiper midiática, que permite conexões simbólicas e interativas entre produtores e ouvintes no ciberespaço.

No cenário contemporâneo, a comunicação sonora atravessa o que Kischinhevsky (2016) denomina como “rádio expandido”, um conceito que descreve o rádio transbordando suas fronteiras tradicionais das ondas hertzianas para ocupar múltiplos espaços digitais. O rádio expandido é marcado pela convergência midiática, na qual o áudio pode ser consumido tanto ao vivo (*streaming*)² quando sob demanda (*podcasting*)³, permitindo que o ouvinte acesse o conteúdo em qualquer lugar e a qualquer hora.

Nessa nova era, as práticas radiofônicas se adaptam ao celular e às redes sociais, transformando o *smartphone* no “radinho de pilha” da atualidade. É dentro dessa lógica de convergência midiática que o *podcast* emerge como um desdobramento essencial, permitindo o consumo de áudio sob demanda e em qualquer lugar. Sendo assim o *podcast* pode ser compreendido como uma hipermídia que potencializa a comunicação institucional através da propagação de mensagens (Sousa, 2022).

² O termo *streaming* está associado ao consumo ao vivo ou à execução imediata de dados que não requerem necessariamente o armazenamento permanente no dispositivo do usuário.

³ O termo *podcasting* é caracterizado pelo consumo sob demanda (*on demand*), utilizando a tecnologia RSS para que o conteúdo seja baixado e ouvido quando o usuário desejar.

O termo *storytelling*, no contexto das fontes, refere-se à técnica de contação de histórias ou narração de fatos aplicada para informar, educar e, principalmente, sensibilizar o público.

No universo dos *podcasts*, essa expressão é frequentemente associada ao formato de podcast narrativo ou *story cast*.

Segundo Sousa (2022, p. 83): “[...] o conteúdo deste formato 'parte de uma contação de história ou narração de fatos com ou sem efeitos sonoros', possuindo uma narrativa que pode ser 'unitária ou seriada' e características próximas ao audiodocumentário.”

Sendo assim, o *podcast* não apenas informa, mas promove uma humanização ao instigar a imaginação e a empatia de quem ouve.

A escolha do *podcast* como formato de produção está diretamente relacionada às potencialidades da sonoridade enquanto elemento central da experiência comunicacional. O som acompanha o ser humano desde o ambiente intrauterino, constituindo-se como uma das primeiras formas de percepção e interação com o mundo. Após o nascimento, essa dimensão sonora se intensifica, sendo a base para o desenvolvimento da linguagem, da comunicação e das relações sociais.

A voz humana assume papel fundamental, configurando-se como um instrumento potente de expressão, capaz de transmitir não apenas informações, mas também emoções, memórias e experiências. Desde os primeiros sons emitidos — como o choro, entendido como o primeiro signo acústico de vida — até a construção de narrativas mais elaboradas, a sonoridade desempenha um papel essencial na afirmação da existência e na construção de vínculos.

Conforme os estudos sobre sonoridades organizados por Mazer *et al.* (2020), o som atua como um território de mediação capaz de reforçar vínculos identitários e territoriais, permitindo que mídias sonoras como o *podcast* se constituam como espaços de luta para o reconhecimento de vozes subalternizadas. Essa perspectiva entende a sonoridade como um campo de resistência que permite o aprofundamento em revelações de experiências e sentimentos de pessoas que, de outra forma, permaneceram invisíveis e escondidas.

Ao contrário da frieza dos dados estatísticos, a experiência sonora proporciona um “mergulho” sensorial e psicológico em realidades humanas, intensificando a percepção do ouvinte sobre o ambiente e as subjetividades narradas. No projeto “Trabalho Doméstico: Memórias e Realidades”, essa potência sonora é essencial para transformar o áudio em uma presença ativa, onde a voz das trabalhadoras materializa sua existência no espaço e no tempo, rompendo o silenciamento imposto pela herança colonial

A escolha pelo *podcast* como produto experimental fundamenta-se em sua característica de mídia de fácil acesso e grande abrangência, capaz de integrar-se à rotina dos ouvintes por meio da mobilidade dos *smartphones*. Mais do que um arquivo de áudio, o *podcast* é compreendido aqui como uma hipermídia que promove a liberação do pólo emissor, permitindo que temas recorrentes e historicamente silenciados, como a realidade do trabalho doméstico, ganhem um novo espaço de fala. Essa mídia não apenas informa, mas possui o potencial de cativar e sensibilizar o público através da sonoridade.

O projeto endereça-se a três frentes:

1. Sociedade Civil: Para sensibilizar sobre a naturalização da servidão.
2. Trabalhadoras domésticas: Para que se reconheçam como sujeitos de direitos e rompam a "esquizofonia" social (voz sem reconhecimento). E também não conhecem seus direitos e o sindicato.
3. Academia/Sindicato: Como documento de resistência política e ferramenta de denúncia dentro desses ambientes.

Neste trabalho, adota-se a perspectiva do *podcast* narrativo — frequentemente referido como *storycast* — por ser o formato que melhor permite o aprofundamento necessário para tratar da escravidão contemporânea. Ao contrário dos modelos puramente conversados, como os *mesacasts*, o *podcast* narrativo centra sua estrutura na contação de histórias e na narração detalhada de fatos. Essa classificação, proposta por Sousa (2022) dentro da categoria de “*podcasts* narrados”, é adotada nesta pesquisa por sua capacidade de articular o rigor da apuração jornalística com a sensibilidade da linguagem sonora.

Complementando essa visão, o formato justifica-se pelas características sistematizadas por Viana e Silva (2022), que define o jornalismo narrativo em *podcasting* através da construção de uma narrativa imersiva e da emergência de um narrador humanizado. Ao utilizar recursos como a ambientação sonora, o uso estratégico de trilhas e o valor do silêncio, o *podcast* narrativo busca trazer o ouvinte para “dentro do fato”, estimulando a imaginação e a empatia necessárias para compreender as trajetórias dessas mulheres negras. Assim, o áudio deixa de ser apenas um suporte técnico e assume o papel de presença ativa, rompendo o silenciamento e transformando relatos individuais em um documento de resistência política.

Viana e Silva (2022) destaca que a figura do narrador assume um papel central como uma figura humanizada, que não se limita à técnica, mas compartilha sentimentos e

subjetividades para reforçar o discurso da verdade e transformar o público em uma testemunha ativa do relato.

Ao optar pelo *podcast*, resgata-se essa dimensão sensível e relacional do som, criando um ambiente de escuta que favorece a proximidade entre quem produz e quem ouve. Assim, o *podcast* se apresenta como uma mídia que valoriza a escuta ativa e a experiência auditiva, permitindo que a comunicação se estabeleça de maneira mais íntima, imersiva e significativa.

Os sons estão presentes em todos os espaços do nosso cotidiano, seja nas residências, ruas, ambientes de trabalho, trânsito entre outros. No caso das trabalhadoras domésticas de São Luís, essas sonoridades cotidianas muitas vezes não são percebidas socialmente, permanecendo invisíveis, mesmo quando são parte essencial na vida das famílias para as quais trabalham.

A partir dessa realidade, surge a necessidade de erguer a voz dessas mulheres, permitindo que elas contem suas histórias, rotinas, experiências e situações do dia a dia que tradicionalmente são silenciadas, no ambiente doméstico, onde as quatro entrevistadas, iniciaram ainda na infância. Esse processo de mostrar voz permite que essas mulheres deixem de ser apenas personagens invisíveis para se tornarem as próprias porta-vozes de sua história. Através de formatos como o *storytelling*. Nos primórdios da comunicação de massa, o rádio consolidou-se como um dos primeiros meios capazes de difundir informações em larga escala, assumindo o papel de transmitir notícias e abrir espaço para que diferentes vozes fossem ouvidas.

Nesse contexto, o *podcast* emerge como um desdobramento contemporâneo essencial, preservando a essência sonora, mas incorporando novas dinâmicas de produção e distribuição. Mais do que uma simples mudança de suporte, o rádio expandido exige uma reconfiguração da linguagem e da produção, priorizando a interação e a participação intensa do público, que agora opina e colabora por meio de dispositivos que transformam o *smartphone* no “radinho de pilha” da atualidade.

O crescimento contínuo do *podcast* no Brasil, tanto em volume de produção quanto em audiência, reafirma a relevância dessa mídia no cotidiano dos brasileiros. Sua popularidade está diretamente ligada à valorização da escuta e à possibilidade de consumo sob demanda, o que fortalece sua dimensão íntima e acessível. Ao optar pelo *podcast* como formato, há também um movimento de reconexão entre o som e sua fonte, devolvendo aos sujeitos — especialmente às mulheres — a possibilidade de narrar suas próprias histórias e performar suas trajetórias, rompendo estruturas históricas de silenciamento.

Nesse sentido, a sonoridade assume não apenas uma dimensão técnica, mas também política e identitária. Como aponta Akotirene (2019), ao discutir interseccionalidade, as formas

de expressão — incluindo a linguagem e a voz — estão atravessadas por relações de poder. A noção de “pretoguês” cunhado por González (1984), por exemplo, evidencia como a linguagem pode operar como estratégia de resistência frente às imposições coloniais, reafirmando identidades e memórias historicamente marginalizadas. Assim, a sonoridade no *podcast* ultrapassa a ideia de simples organização técnica de áudio, constituindo-se como um espaço de expressão subjetiva, diversidade cultural e afirmação de vozes plurais.

Embora o *podcast* seja uma mídia hipermidiática, que pode integrar diferentes linguagens, o elemento sonoro permanece central. Sua produção, frequentemente inspirada na tradição radiofônica, estrutura-se a partir de componentes fundamentais como a voz, a música, os efeitos sonoros e o silêncio — elementos que, em conjunto, constroem a narrativa, modulam a experiência de escuta e potencializam os sentidos comunicacionais.

A compreensão da voz como território político e espaço de resistência encontra suporte em diferentes teóricos da sonoridade. Para Schafer (2001), a paisagem sonora (*soundscape*) é formada pelos sons, ruídos e silêncios que moldam a percepção de um ambiente. O autor também apresenta o conceito de esquizofonia, que descreve a separação entre um som e sua fonte original, fenômeno intensificado pela mediação tecnológica. Esse conceito pode ser lido metaforicamente para a experiência das trabalhadoras domésticas: suas vozes existem, mas muitas vezes são desconectadas do espaço social de reconhecimento, criando uma espécie de “silenciamento”. Através dessa lente, o som deixa de ser apenas percepção auditiva e se torna uma ferramenta de análise social, mostrando como certas vozes são marginalizadas historicamente.

A construção de um *podcast* como produto comunicacional nasce justamente dessa compreensão: o som não é apenas meio técnico, mas elemento simbólico capaz de gerar sentidos, memórias e afetos. Nesse sentido, o *podcast* se diferencia de outros formatos de registro, pois permite a conexão direta da voz com a experiência vivida, transformando a narrativa em presença ativa, a voz dessas mulheres não será apenas uma emissão sonora, mas também presença. Ao falar, cada indivíduo materializa sua existência no espaço e no tempo, transmitindo emoções, pausas, respirações e tensões que não podem ser captadas apenas por textos escritos.

O crescimento do *podcast* como mídia evidencia sua relevância enquanto ferramenta estratégica de fala e escuta no cenário comunicacional brasileiro. De acordo com os resultados da PodPesquisa (2024-2025), realizada pela Associação Brasileira de Podcasters (ABPod), estima-se que o país conte atualmente com aproximadamente 31,94 milhões de ouvintes, demonstrando um avanço significativo em sua abrangência e consolidação.

A pesquisa revela ainda a forte integração do meio na rotina nacional, visto que 40,23% do público consome *podcasts* diariamente e 23,56% ouvem mais de uma vez ao dia. Acessados primordialmente via *smartphones* (88,44%), esses formatos sonoros e audiovisuais representam novas dinâmicas de produção e circulação de mensagens, tornando-se instrumentos fundamentais para a democratização da voz e a visibilidade de narrativas diversas no qual os formatos sonoros representam uma nova forma de produzir, circular e experienciar conteúdos, tornando-os instrumentos poderosos de democratização da voz.

O interesse pelo aspecto sonoro se aguçou durante o curso de Rádio e TV e, para definir o produto experimental da conclusão do curso, foi a leitura do livro “Solitária”, de Cruz (2022), cuja narrativa atravessa questões de exploração no ambiente doméstico, raça, classe e gênero. A ideia de unir a pesquisa sobre o trabalho doméstico à linguagem sonora do *podcast* resultou no material “Trabalho Doméstico: memórias e realidades”, no qual mulheres que já vivenciaram esse trabalho tiveram um espaço de escuta para contar suas histórias e trajetórias de vida.

No *podcast*, as mulheres que tradicionalmente são silenciadas tornam-se protagonistas de suas histórias. Suas vozes constituem o arco narrativo central, sendo valorizadas enquanto memória viva. Como lembra hooks (2013) erguer a voz é um ato político para mulheres negras. Escutar atentamente essas narrativas não é apenas uma prática técnica, mas também um gesto de reconhecimento, empatia e oportunidade, reafirmando a importância de mostrar a voz daquelas que sempre estiveram à margem, para que futuramente possamos ter um presente em que tais narrativas não se repitam e para que a sociedade entenda e respeite as mulheres que exercem essa profissão.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, por buscar compreender a profundidade dos relatos, as emoções, os contextos e as estruturas sociais que atravessam as narrativas das trabalhadoras domésticas negras de São Luís-Maranhão, que foram entrevistadas.

A pesquisa distanciou-se de uma coleta fria de dados para adotar uma postura de acolhimento e diálogo sensível, em que me coloquei como pesquisadora-ouvinte diante das trajetórias dessas quatro mulheres. As gravações presenciais ocorreram em "territórios seguros" escolhidos pelas colaboradoras (suas casas e atual local de trabalho), utilizando o *smartphone* — o "radinho de pilha" contemporâneo — como mediador técnico que facilitou a espontaneidade dos relatos via WhatsApp e encontros diretos. Esse processo permitiu a

construção de uma biomitografia ⁴, em que a oralidade e a memória dessas mulheres deixaram de ser apenas "fontes" para se tornarem o arco narrativo central e político da obra, rompendo a esquizofonia social que as mantém invisíveis.

Trata-se de um estudo de caráter descritivo, estruturado a partir de dois eixos principais: entender o que é o trabalho escravo contemporâneo e o trabalho doméstico, e a escuta de relatos de mulheres negras que atuaram ou atuam como trabalhadoras domésticas na capital maranhense, organizados em três episódios e apresentados no *podcast* “Trabalho Doméstico: Memórias e Realidades”.

Segundo Minayo (2014), o método qualitativo é adequado para estudos que se dedicam à compreensão de histórias, relações, representações, crenças e percepções, por serem produtos das interpretações que as pessoas constroem sobre si mesmas e sobre o mundo em que vivem. Compreender essas dimensões subjetivas é essencial em pesquisas que tratam de experiências humanas, sobretudo quando envolvem desigualdades e relações de poder, como é o caso do trabalho doméstico.

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos. (Minayo, 2014, p. 21).

O objetivo central é construir um espaço de escuta, reconhecimento e valorização da fala das trabalhadoras. A narrativa sonora se apoia diretamente na riqueza dos relatos individuais, memórias, trajetórias e a forma como cada uma compreende o próprio percurso no trabalho doméstico. As participantes foram selecionadas com o apoio do Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos do Maranhão - Sindoméstico-MA de São Luís, instituição que autorizou a pesquisa e facilitou o contato com trabalhadoras domésticas da cidade (Fundo Brasil, 2023).

O Sindoméstico-MA, fundado em 1989, consolidou-se como uma instituição fundamental na luta pela organização da categoria e na defesa de direitos trabalhistas no estado. A atuação do Sindoméstico-MA destaca-se pelo acolhimento, realizando o atendimento de todas as trabalhadoras que buscam apoio, sendo elas associadas ou não (Fundo Brasil, 2023).

Outras mulheres foram alcançadas por meio de indicações de conhecidos, considerando que, no cotidiano, quase sempre alguém tem uma parente, vizinha ou amiga que trabalha ou já trabalhou nessa área. As convidadas foram mulheres que exercem ou já exerceram atividades

⁴ Biomitografia é um gênero literário que mistura biografia, memórias e ficção, cunhado pela escritora feminista negra Audre Lorde em seu livro *Zami: uma nova grafia do meu nome*. O termo descreve a união entre a realidade vivida e o mito, usando poesia e imaginação para reconstruir a própria identidade

como trabalhadoras domésticas/diaristas. O critério principal foi garantir que as participantes tivessem vivências relacionadas ao trabalho doméstico e estivessem dispostas a compartilhar suas histórias de forma voluntária, incluindo aspectos sobre trajetória, rotina, condições de trabalho e experiências marcadas por raça, gênero e classe.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas⁵, com contato prévio no qual foi enviada às perguntas e entendendo a trajetória de cada uma, para caso necessitasse uma alteração ou outra, para que a resposta viesse com o máximo de detalhes possíveis. Os temas abordados incluíram: início no trabalho doméstico e trajetória de vida, rotinas exaustivas, relações com empregadores e possíveis situações de exploração, direitos trabalhistas, preconceitos e questões de raça, trabalho doméstico e a mulher negra.

O ambiente para as entrevistas foi escolhido pelas próprias participantes, priorizando lugares onde se sentissem seguras e confortáveis para compartilhar suas histórias (casa e trabalho). Todas as entrevistas foram gravadas em áudio no app Audio Motiv, mediante autorização prévia, para posterior edição e organização do material no formato de *podcast*. A pré-produção se deu a partir das buscas e escolha das entrevistadas, explicando sobre o que era o trabalho pelo aplicativo de mensagem whatsapp e em seguida a produção do roteiro de perguntas, para que pudesse repassar previamente para lerem e marcar a entrevista.

A produção sonora seguiu os princípios éticos, respeitando a privacidade e identidade das mulheres, onde na entrevista cada uma selecionava o local, horário e dia que lhe fosse melhor, pois todas as gravações foram presenciais por meio de um app de gravação no celular (Áudio MOTIV), nesse processo de produção teve também a gravação da locução que ia compor e nortear todas as entrevistas para fechar o *podcast*.

Na pós-produção foi feita a capa e identidade visual do *podcast*.⁶ Em seguida a distribuição desse material na peça plataforma de *streaming* (Spotify) para que outras pessoas pudessem ouvir e ter acesso ao material. A identidade das entrevistadas foi preservada, não revelando nomes e nem localidades, utilizando apenas suas vozes, que foram concedidas, pois o foco principal do trabalho é conhecer as narrativas e tudo que já foi vivido nessa profissão pelas mesmas.

As decisões técnicas do podcast foram moldadas para garantir que a sonoridade funcionasse como uma presença ativa, capaz de sensibilizar o público sobre a naturalização da servidão. A estrutura em três episódios foi estrategicamente definida para espelhar o ciclo de

⁵ Roteiros disponíveis no tópico apêndices na página 31.

⁶ As capas encontram-se na seção sobre Peça Prática.

exploração: a infância interrompida, a rotina exaustiva e o impacto da interseccionalidade de raça e gênero. Na construção estética, a narração se deu com o auxílio do técnico Jorge Sousa, enquanto que a escolha das trilhas sonoras e da ambientação para compor a narrativa foram escolhidos e decididos por mim, como aparece nos roteiros e teve a edição do coo-orientador Saylor Sousa ajudando a comunicar o "não-dito", criando uma paisagem sonora que humanizasse as estatísticas.

A abordagem qualitativa permitiu compreender o "universo dos significados" e as "relações de poder" que os dados estatísticos não alcançam sozinhos.

5 A VOZ COMO ATO POLÍTICO: o desenvolvimento da peça prática

A peça prática deste trabalho consiste na produção de um *podcast* intitulado “Trabalho Doméstico: Memórias e Realidades”, desenvolvido a partir das entrevistas realizadas com mulheres negras trabalhadoras domésticas na cidade de São Luís – MA. O produto se configura como uma narrativa sonora híbrida, que articula elementos do *podcast* narrativo, propondo uma experiência de escuta centrada na valorização da voz, da memória e das vivências das participantes.

O *podcast* caracteriza-se como um produto sonoro híbrido, que articula o formato de entrevista com elementos do *podcast* documental narrativo, ao abordar, a partir de relatos reais das trabalhadoras domésticas, as questões sociais vivida por elas, como no primeiro episódio: a inserção no trabalho doméstico ainda na infância, no episódio dois: jornadas de trabalho exaustivas e no episódio três: situações trabalhistas a partir de questões relacionadas a raça e gênero.

No contexto do projeto “Trabalho Doméstico: Memórias e Realidades”, a escolha pelo *podcast*, permite que os relatos das trabalhadoras transcendam a simples exposição de depoimentos, configurando-se como uma ferramenta de denúncia social e resistência política que valoriza a voz e a memória das protagonistas.

A estrutura é dividida em episódios, organizados de forma temática, com o objetivo de aprofundar diferentes dimensões do trabalho doméstico contemporâneo. A divisão por temas permite não apenas a exposição dos relatos, mas também a construção de uma narrativa crítica, que dialoga com os referenciais teóricos abordados ao longo deste trabalho, especialmente a permanências da escravidão no contexto atual.

Essa estrutura não serve apenas como um espaço de escuta das entrevistadas, mas como uma narrativa mediada, na qual a pesquisadora assume também o papel de locutora, responsável por contextualizar, conduzir e tensionar os relatos apresentados. Essa escolha metodológica busca evitar a simples exposição de depoimentos, promovendo uma construção narrativa que articula experiências individuais com o referencial teórico da pesquisa.

Dessa forma, cada episódio foi organizado a partir de três elementos principais:

1. Introdução contextual, com base teórica;
2. Condução por perguntas e mediação da pesquisadora;
3. Inserção de trechos das falas das entrevistadas

As participantes foram previamente informadas sobre o objetivo do recolhimento das entrevistas e do material de voz e autorizaram a utilização de suas falas. Além disso, considerando a natureza sensível da temática — que envolve possíveis situações de exploração e violação de direitos — a condução das entrevistas priorizou o cuidado, o respeito e a não exposição das participantes.

Nos três episódios, a presença da locutora se mantém como elemento de mediação, situando assim o ouvinte do tema e relatos das entrevistadas, que foram organizados a partir de eixos temáticos que emergiram a partir dos próprios relatos das entrevistas: o início no trabalho doméstico, muitas vezes ainda na infância; as rotinas de trabalho exaustivas, e as questões de raça e gênero. Cada episódio articula trechos das falas das entrevistadas, selecionados a partir de sua relevância narrativa e simbólica, respeitando a integridade das falas, pausas, entonações e silêncios.

Do ponto de vista sonoro, o projeto se apoia na compreensão da paisagem sonora, conforme proposto por Schafer (2001), utilizando elementos como ambiências, ruídos cotidianos e o próprio silêncio como recursos expressivos. Sons relacionados ao ambiente doméstico — como água, utensílios, movimentos de limpeza — são incorporados à narrativa, não apenas como ambientação, mas como elementos simbólicos que reforçam a materialidade do trabalho dessas mulheres. O silêncio, por sua vez, é utilizado como estratégia narrativa para evidenciar tensões, emoções e aquilo que muitas vezes não é dito, mas sentido.

No que diz respeito aos aspectos técnicos, as entrevistas foram todas gravadas de forma presencial pelo aplicativo Áudio MOTIV, baixado no celular, com captação realizada em ambientes escolhidos pelas próprias participantes (casa), garantindo maior conforto e autenticidade às falas. Não foi definido o tempo mínimo e nem máximo de gravação, mesmo com o roteiro de perguntas, no qual a entrevistadora fazia as perguntas e elas ficavam livres para responder o que achassem relevante e o que ainda lembravam de seus trabalhos. Na maioria

das vezes, as respostas geraram outras perguntas. A pós-produção envolveu etapas de seleção de trechos para compor cada episódio de acordo com sua temática, limpeza de áudio, montagem narrativa, após o roteiro de gravação pronto, onde intercalava com a locução.

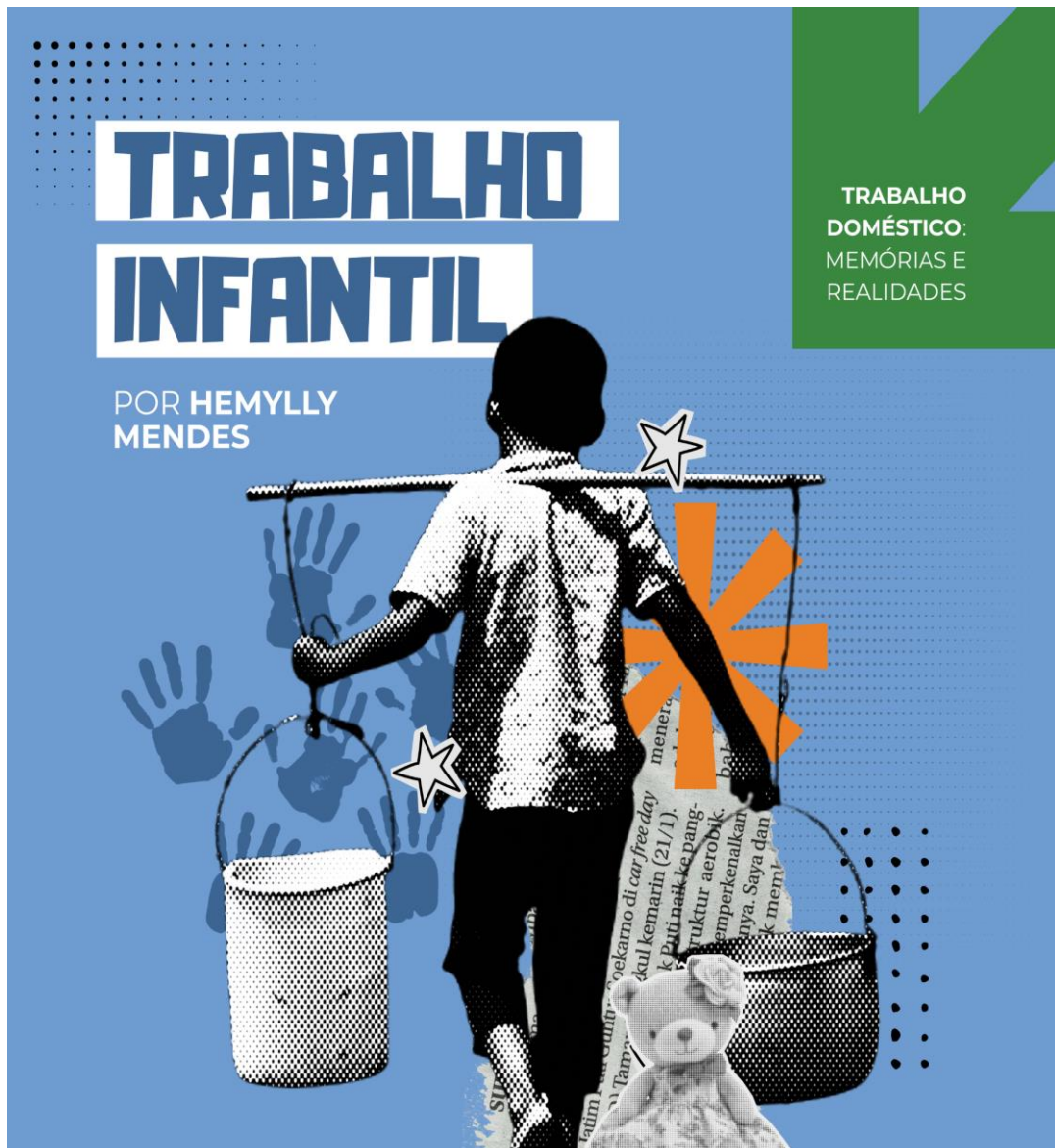
Pensando numa qualidade profissional, toda a narração foi feita no estúdio de rádio do curso de Rádio e TV/Audiovisual da UFMA para que em seguida fosse feita a edição na DAW *Reaper* com a seleção das trilhas necessárias sugeridas no roteiro, que foram retiradas de bancos de áudio coletivos como *Pixabay* (www.pixabay.com) e repositórios privados do editor, intercalando-se à narração e as sonoras das entrevistadas, que deu origem ao produto final dos três episódios do *podcast*.

O produto final foi pensado para circulação em plataformas digitais de *streaming*, como o Spotify, ampliando o alcance das narrativas e possibilitando o acesso público ao conteúdo.

Dessa forma, a peça prática se constitui não apenas como um produto comunicacional, mas como uma ferramenta de escuta e visibilização, que busca tensionar as estruturas sociais que historicamente silenciaram as mulheres negras trabalhadoras domésticas. Ao centrar suas vozes como protagonistas, o *podcast* “Trabalho Doméstico: Memórias e Realidades” reafirma o potencial do áudio enquanto espaço de resistência, memória e construção de novas narrativas no campo da Comunicação Social.

Veremos a seguir as capas, títulos e links de cada episódio do *podcast* “Trabalho Doméstico: Memórias e Realidades”.

Figura 1: Primeiro episódio “Trabalho Infantil” – Ouça aqui o: [Episódio 1](#)



Fonte: Designer Vinícius de Miranda Melo Terceiro (2026).

Figura 2: Segundo episódio “Rotinas Exaustivas” – Ouça aqui o: [Episódio 2](#)



Fonte: Designer Vinicius de Miranda Melo Terceiro (2026).

Figura 3: Terceiro episódio “Raça e Gênero” – Ouça aqui o: [Episódio 3](#)



Fonte: Designer Vinícius de Miranda Melo Terceiro (2026).

5.1 Estrutura e descrição dos episódios gravados

A narração dos três episódios foi gravada todos no mesmo dia no estúdio de gravação de rádio do curso de Rádio e TV/Audiovisual da UFMA, com o auxílio do técnico e responsável Jorge Sousa, para garantir uma melhor qualidade para o produto final.

O primeiro episódio intitulado “Trabalho infantil” teve por objetivo mostrar como e porque essas quatro mulheres começaram no trabalho infantil doméstico, e que na atualidade de acordo com dados do IBGE, esse trabalho ainda é realizado por crianças e adolescentes no Brasil. E considerada uma das piores formas de trabalho infantil pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), como narrado no *podcast*. Fechado em treze minutos e vinte e um segundos,

o episódio intercala a narração e as entrevistas das mulheres que relatam como iniciaram ainda crianças no trabalho doméstico.

O episódio “Rotinas Exaustivas” relata como é difícil, mesmo após anos de luta da classe, as dificuldades trabalhistas enfrentadas, que para além de trabalhos pesados, as mesmas ainda foram isentas de direitos básicos; como férias, descanso, folga, como relatam algumas mulheres. Com dezesseis minutos e trinta e nove segundos entre entrevistas, trilhas e efeitos sonoros e narração, o episódio reforça que mesmo no século XXI o trabalho doméstico não é valorizado como deveria.

Enquanto que o episódio de encerramento “Raça e Gênero” fica como um questionamento do porquê atitudes do passado ainda reverberam na atualidade com trabalho doméstico, mostrando que o fato de serem mulheres e negras impacta diretamente no modo de serem tratadas e vistas na sociedade, dentro do contexto doméstico. O episódio foi concluído com oito minutos e cinquenta e oito segundos e faz refletir o quão é importante ouvir, valorizar e visibilizar histórias que durante muito tempo foram silenciadas.

6 CONCLUSÃO

A realização deste projeto experimental permitiu uma imersão na complexa realidade do trabalho doméstico da atualidade, desde do tempo da escravidão evidenciando que a “senzala moderna” denunciada pela literatura que serviu de inspiração para o trabalho encontrada nas vozes de mulheres negras maranhenses. Ao longo da pesquisa, ficou evidente que o trabalho doméstico não é apenas uma ocupação, mas um campo atravessado por heranças coloniais que insistem em se reproduzir na contemporaneidade sob a forma de invisibilidade, falta de direitos e exploração.

Os relatos coletados para o *podcast* “Trabalho Doméstico: Memórias e Realidades” confirmaram as hipóteses iniciais: a existência de um ciclo de exploração que frequentemente se inicia na infância, como revelado pelas entrevistadas que começaram a trabalhar entre os 8 e 12 anos. A produção técnica demonstrou que, apesar dos marcos legais como a PEC das Domésticas, a prática cotidiana ainda é marcada por algumas informalidades e por jornadas exaustivas que negam a dignidade humana básica.

A escolha do *podcast* como linguagem mostrou-se acertada e potente. Mais do que um suporte midiático, o áudio funcionou como uma ferramenta de resistência política, permitindo a “liberação do polo emissor” para mulheres que historicamente foram silenciadas. Através do *storytelling* e da construção de paisagens sonoras, o produto final conseguiu humanizar dados estatísticos, transformando números de desigualdade em narrativas vivas.

Este trabalho conclui que o combate à escravidão contemporânea no ambiente doméstico exige não apenas fiscalização e leis, mas uma mudança profunda na percepção social que naturaliza a servidão de mulheres negras. O projeto cumpre sua função social e acadêmica ao utilizar a Comunicação Social como ponte para a visibilidade, reafirmando que o trabalho doméstico é uma profissão que exige respeito, direitos plenos e o fim da lógica senhorial de muitos lares brasileiros.

Espera-se que este *podcast* sirva como um registro de memória e um instrumento de sensibilização, incentivando a sociedade a ouvir e valorizar aquelas que dedicam suas vidas ao cuidado, mas que raramente são cuidadas pelo sistema que as explora.

Para garantir que estas memórias alcancem seu público prioritário, estratégias de circulação e desdobramentos do podcast foram planejadas e detalhadas no Apêndice D deste relatório.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARAÚJO, Letícia Figuerêdo. **Clamor da terra**: um podcast que descortina o caso de grilagem da Família Finger no Maranhão. 2025. 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/9457>. Acesso em: 25 maio 2026.

ASSIS, Pablo de. O Imaginário do Rádio e o Podcast. **Comunicologia**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 84-106, dez. 2011. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rceucb/article/view/2885>. Acesso em: 12 jun. 2026.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mulheres negras são 69,9% no serviço doméstico ou de cuidados no Brasil**. Brasília: IPEA, 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15656-mulheres-negras-sao-69-9-no-servico-domestico-ou-de-cuidados-no-brasil>. Acesso em: 13 jun. 2026.

CASTRO, Panmela. **Laudelina de Campos Mello**. 2025. Disponível em: <https://www.panmelacastro.com/pt/laudelinadecamposmello>. Acesso em: 13 jun. 2026.

CONFORTI, Luciana Paula. **Trabalho escravo contemporâneo**: a escravidão no Brasil sob a ótica dos direitos fundamentais. São Paulo: LTr, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra das doutrinas antidiscriminação, teoria feminista e política antirracista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 171-188, 1989. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/292413493_Demarginalising_the_intersection_of_race_and_sex_A_black_feminist_critique_of_anti-discrimination_doctrine_feminist_theory_and_anti-racist_politics. Acesso em: 24 abr. 2026.

CRUZ, Eliana Alves. **Solitária**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

FUNDO BRASIL. **Sindicato das Trabalhadoras(es) Domésticas(os) do Estado do Maranhão**: Trabalhadoras(es) domésticas(os) na resistência por garantia da cidadania e conscientização. 2023. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/sindicato-das-trabalhadoras-domesticas-os-do-estado-do-maranhao/>. Acesso em: 01 jul. 2026.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984. Disponível em: <https://patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/GONZAL1.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2026.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?** mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Rádio e mídias sociais**: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

MAZER, Dulce *et al.* As sonoridades como marcas estético-políticas e mediações do som. *In*: CASTANHEIRA, J. C. S. *et al.* (org.). **Poderes do som**: políticas, escutas, identidades. Florianópolis: Insular Livros, 2020. p. 19-26.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação com extensões do homem**. São Paulo: Editora Cultrix, 1964.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOREIRA, Thiago O.; GURGEL, Yara M. Pereira; LINS, Ricardo G. de Sousa. O trabalho escravo contemporâneo no Brasil e o caso José Pereira: o que efetivamente mudou? **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v. 4, p. 1-30, 2021. Disponível em: <https://rjtdh-prt15.mpt.mp.br/Revista-TDH/article/view/105>. Acesso em: 10 jun. 2026.

RARA, Preta. **Eu, empregada doméstica**: a senzala moderna é o quartinho da empregada. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

SAKAMOTO, Leonardo. **Escravidão Contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2020.

SCHAFER, R. Murray. **A afinação do mundo**: uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora. São Paulo: UNESP, 2001.

SOUSA, Jefferson Saylon Lima de. **Produção e gestão de podcast**: um guia de adoção para as organizações. 2022. 150 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação – Modalidade Profissional) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/4432>. Acesso em: 22 maio 2026.

VIANA E SILVA, Luana. **Jornalismo narrativo em podcasting**: imersividade, dramaturgia e narrativa autoral. 2022. 282 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/14264>. Acesso em: 13 jun. 2026.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas

PODCAST – ROTEIRO GERAL

TEMA CENTRAL: ESCRAVIDÃO MODERNA E A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DOMÉSTICO DAS MULHERES NEGRAS EM SÃO LUÍS (MA)

ESTE PODCAST NASCE PARA OUVIR, VISIBILIZAR E ERGUER A VOZ DAS MULHERES QUE VIVERAM OU VIVEM ESSAS EXPERIÊNCIAS.

AO LONGO DOS PRÓXIMOS EPISÓDIOS, VAMOS FALAR SOBRE:

- a) TRABALHO INFANTIL
- b) JORNADAS EXAUSTIVAS
- c) E AS MARCAS DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO NO TRABALHO DOMÉSTICO

PORQUE ENTENDER ESSAS HISTÓRIAS É TAMBÉM ENFRENTAR O SILÊNCIO QUE SUSTENTA A DESIGUALDADE.

EPISÓDIO 1 - TRABALHO INFANTIL

PERGUNTAS

1. VOCÊ LEMBRA COM QUANTOS ANOS COMEÇOU A TRABALHAR EM CASA DE FAMÍLIA? COMO ISSO ACONTECEU?
2. COMO ERA SUA ROTINA SENDO TÃO JOVEM? VOCÊ CONSEGUIA ESTUDAR OU BRINCAR?
3. HOJE, OLHANDO PARA TRÁS, COMO VOCÊ ENTENDE ESSA EXPERIÊNCIA NA SUA INFÂNCIA?

EPISÓDIO 2 - JORNADAS EXAUSTIVAS

PERGUNTAS:

1. COMO ERA SUA ROTINA DE TRABALHO NO DIA A DIA? VOCÊ TINHA HORÁRIO PARA DESCANSO?
2. VOCÊ JÁ PASSOU POR SITUAÇÕES DE EXCESSO DE TRABALHO OU CONDIÇÕES QUE TE FIZERAM SE SENTIR EXPLORADA?
3. SEUS DIREITOS TRABALHISTAS ERAM RESPEITADOS (SALÁRIO, FOLGA, REGISTRO)? COMO VOCÊ LIDAVA COM ISSO?

EPISÓDIO 3 - RAÇA E GÊNERO

PERGUNTAS:

1. VOCÊ ACREDITA QUE O FATO DE SER UMA MULHER INFLUENCIOU A FORMA COMO VOCÊ FOI TRATADA NO TRABALHO?
2. E O FATO DE SER UMA MULHER NEGRA? DE QUE MANEIRA VOCÊ PERCEBE ISSO?
3. JÁ VIVEU ALGUMA SITUAÇÃO DE PRECONCEITO OU DESVALORIZAÇÃO POR CAUSA DA SUA ORIGEM, COR OU CONDIÇÃO SOCIAL?
4. O QUE VOCÊ GOSTARIA QUE AS PESSOAS ENTENDESSEM SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO E A REALIDADE DAS MULHERES NEGRAS?

APÊNDICE B - Roteiros de produção do podcast

PODCAST DOCUMENTAL

“Escravidão Contemporânea: Memórias e Realidades do Trabalho Doméstico”

FORMATO

Podcast documental/jornalístico

Duração: até 10 minutos por episódio

Narradora/Locutora principal

Sonoras de entrevistadas

Trilha ambiente + efeitos sonoros realistas

EPISÓDIO 1: “INFÂNCIAS INTERROMPIDAS”

BLOCO 1

(SOM AMBIENTE DE CASA AO AMANHECER)

(ÁGUA CAINDO EM BALDE)

(VASSOURA NO CHÃO)

(PANELA DE PRESSÃO AO FUNDO)

(PASSOS LEVES E RÁPIDOS)

(SOM DE PRATOS SENDO EMPILHADOS)

VOZ FEMININA ADULTA (SECA, AUTORITÁRIA — FORA DE CENA)

MENINA... ANDA LOGO COM ESSA LOUÇA. DEPOIS AINDA TEM ROUPA PRA LAVAR.

VOZ DE CRIANÇA (BAIXA, CANSADA)

TÁ BOM...

(SOM DE ÁGUA CORRENDO)

VOZ FEMININA ADULTA (SECA, AUTORITÁRIA — FORA DE CENA)

E VÊ SE NÃO QUEBRA NADA DE NOVO.

(PAUSA CURTA)

(SOM DA RESPIRAÇÃO DA CRIANÇA)

(SILÊNCIO BREVE)

(TRILHA SUAVE COMEÇA A SUBIR)

LOCUTORA

ENQUANTO MUITAS CRIANÇAS ACORDAVAM PARA IR À ESCOLA OU BRINCAR... OUTRAS COMEÇAVAM O DIA TRABALHANDO.

QUANDO A GENTE FALA EM ESCRAVIDÃO, MUITA GENTE PENSA EM ALGO DISTANTE... PRESO AO PASSADO.

MAS A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO AINDA FAZ PARTE DA REALIDADE DE MILHARES DE BRASILEIROS.

E MUITAS VEZES ELA COMEÇA AINDA NA INFÂNCIA.

EU SOU HEMYLLY MENDES E ESTE É O PRIMEIRO EPISÓDIO DO PODCAST *“ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA: MEMÓRIAS E REALIDADES DO TRABALHO DOMÉSTICO”*.

VINHETA

(TRILHA IDENTIDADE DO PODCAST)

BLOCO 1 — CONTEXTUALIZAÇÃO

TRILHA BAIXA

LOCUTORA

SEGUNDO A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA, O TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO ACONTECE QUANDO UMA PESSOA É SUBMETIDA A CONDIÇÕES DEGRADANTES, JORNADAS EXAUSTIVAS, SERVIDÃO POR DÍVIDA OU RESTRIÇÃO DA LIBERDADE.

NO TRABALHO DOMÉSTICO, ESSAS SITUAÇÕES MUITAS VEZES PERMANECEM INVISÍVEIS DENTRO DAS CASAS.

E, EM MUITOS CASOS, TUDO COMEÇA CEDO DE MAIS.

DADOS DO IBGE APONTAM QUE MILHARES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES AINDA REALIZAM TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL, ATIVIDADE CONSIDERADA UMA DAS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL PELA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.

EFEITO DE TRANSIÇÃO

SOM DE PORTA ABRINDO LENTAMENTE.

DEIXA DE ENTRADA — LOCUTORA

SONORA 1 — MARIA ISABEL (MINUTAGEM 01:12 A 05:04)

EU INICIEI A MINHA TRAJETÓRIA ENQUANTO TRABALHADORA DOMÉSTICA COM 8 ANOS DE IDADE...

EFEITO DE TRANSIÇÃO

SOM DE CRIANÇAS BRINCANDO.

SONORA 3 — TEREZA (MINUTAGEM 00:10 A 00:21 – 00:30 A 00:59)

EU COMECEI COM UNS 12 ANOS...

LOCUTORA

OLHANDO PARA TRÁS UMA DAS ENTREVISTADAS DEFINI COMO FOI SUA EXPERIÊNCIA COM O TRABALHO DOMÉSTICO AINDA NA INFÂNCIA.

SONORA 3 — TEREZA (MINUTAGEM 01:09 A 01:25)

PÉSSIMA, PÉSSIMA....

DEIXA DE SAÍDA — LOCUTORA

O TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO FOI NATURALIZADO DURANTE DÉCADAS.

BLOCO 2 — ANÁLISE E INFORMAÇÃO**TRILHA MAIS Densa****SONORA 2- THEODORA (00:22 A 01:49)**

EU COMECEI A TRABALHAR NO SERVIÇO DOMÉSTICO A PARTIR DOS 8 ANOS DE IDADE...

LOCUTORA

O TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO COMPROMETE O DESENVOLVIMENTO FÍSICO, PSICOLÓGICO E EDUCACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

MUITAS MENINAS DEIXAM A ESCOLA CEDO, ASSUMEM RESPONSABILIDADES ADULTAS PRECOCAMENTE E CRESCEM MARCADAS POR RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO E SILÊNCIO.

ESPECIALISTAS APONTAM QUE GÊNERO, RAÇA E DESIGUALDADE SOCIAL AJUDAM A MANTER ESSE CICLO.

NO BRASIL, MENINAS NEGRAS SÃO MAIORIA ENTRE AS VÍTIMAS DESSE TIPO DE EXPLORAÇÃO.

DEIXA DE ENTRADA — LOCUTORA

EM MUITOS CASOS DE INICIAÇÃO AO TRABALHO DOMÉSTICO, MENINAS SÃO TRAZIDAS DO INTERIOR PARA TAL TAREFAS, POR CONHECIDOS E ATÉ MESMO FAMILIARES.

SONORA 4 — VALDELICE (00: 31 A 00:46 – 01:03 A 01:26)

EU VIM SENDO TRAZIDA DO INTERIOR...

DEIXA DE SAÍDA — LOCUTORA

A INFÂNCIA INTERROMPIDA DEIXA MARCAS QUE ACOMPANHAM ESSAS MULHERES POR TODA A VIDA.

EFEITO DE TRANSIÇÃO

SONORA 1 — MARIA ISABEL (13: 39 a 16:08)

SE MEU IRMÃO NÃO TIVESSE ME ENCONTRADO EU SERIA UMA DESSAS MADALENA GOLDINO...

ENCERRAMENTO

TRILHA SOBE LEVEMENTE

LOCUTORA

FALAR SOBRE TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO É FALAR SOBRE DIREITOS HUMANOS.

É RECONHECER QUE MUITAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO CONTINUAM ACONTECENDO DE MANEIRA SILENCIOSA, ESCONDIDAS NA ROTINA E NATURALIZADAS PELAS DESIGUALDADES SOCIAIS.

NO PRÓXIMO EPISÓDIO, VAMOS DISCUTIR AS ROTINAS EXAUSTIVAS E OS LIMITES ENTRE TRABALHO E EXPLORAÇÃO.

EU SOU HEMYLLY MENDES E ESTE FOI O PODCAST “*ESCRavidÃO CONTEMPORÂNEA: MEMÓRIAS E REALIDADES DO TRABALHO DOMÉSTICO*”.

O PODCAST DOCUMENTAL “ESCRavidÃO CONTEMPORÂNEA: MEMÓRIAS E REALIDADE DO TRABALHO DOMÉSTICO”

É RESULTADO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DA DISCENTE HEMYLLY MENDES PARA O CURSO DE RÁDIO E TV DA UFMA.//

ORIENTAÇÃO: PROFESSORA DOUTORA FLÁVIA MOURA

ROTEIRO E APRESENTAÇÃO: HEMYLLY MENDES

ÁUDIO: JORGE SOUSA

EDIÇÃO E SONOPLASTIA: SAYLON SOUSA

“Escravidão Contemporânea: Memórias e Realidades do Trabalho Doméstico”

FORMATO

Podcast documental/jornalístico

Duração: até 10 minutos por episódio

Narradora/Locutora principal
 Sonoras de entrevistadas
 Trilha ambiente + efeitos sonoros realistas

EPISÓDIO 2: “ROTINAS EXAUSTIVAS”

BLOCO 1

(SOM AMBIENTE DE CASA)
 (ÁGUA CAINDO EM BALDE)
 (VASSOURA NO CHÃO)
 (PANELA DE PRESSÃO AO FUNDO)
 (PASSOS LEVES E RÁPIDOS)
 (SOM DE PRATOS SENDO EMPILHADOS)

VOZ FEMININA ADULTA (TRISTE, DESANIMADA — FORA DE CENA)

TODO DIA ERA IGUAL... EU ACORDAVA ANTES DE TODO MUNDO. PREPARAVA CAFÉ, LIMPAVA A CASA, LAVAVA ROUPA, CUIDAVA DAS CRIANÇAS... QUANDO EU PERCEBIA, JÁ ERA NOITE OUTRA VEZ.

(PAUSA)

VOZ FEMININA ADULTA (TRISTE, DESANIMADA — FORA DE CENA)

SER DOMÉSTICA É UM TRABALHO QUE EXIGE ESFORÇO, ÀS VEZES INVISÍVEL E CONSTANTE, SEM FÉRIAS, FOLGA OU RECONHECIMENTO.

(PAUSA CURTA)
 (SOM DA RESPIRAÇÃO DA MULHER)
 (SILÊNCIO BREVE)
(TRILHA SUAVE COMEÇA A SUBIR)

LOCUTORA

ENQUANTO MUITAS PESSOAS ENCERRAM SEUS DIAS E VOLTAM PARA CASA PARA DESCANSAR, OUTRAS SEGUEM TRABALHANDO SILENCIOSAMENTE.

NO BRASIL, MILHARES DE MULHERES VIVEM JORNADAS EXTENSAS, MARCADAS PELO EXCESSO DE TRABALHO, PELA AUSÊNCIA DE DESCANSO E PELA INVISIBILIDADE SOCIAL.

QUANDO A ROTINA DEIXA DE SER APENAS CANSATIVA E PASSA A CONSUMIR O CORPO, A MENTE E A DIGNIDADE HUMANA, ESTAMOS DIANTE DE UMA REALIDADE MARCADA PELA EXPLORAÇÃO.

EU SOU HEMYLLY MENDES E ESTE É O SEGUNDO EPISÓDIO DO PODCAST “*ESCRavidÃO CONTEMPORÂNEA: MEMÓRIAS E REALIDADES DO TRABALHO DOMÉSTICO*”.

VINHETA

(TRILHA IDENTIDADE DO PODCAST)

BLOCO 1 — CONTEXTUALIZAÇÃO

TRILHA BAIXA

SONORA 4 – VALDELICE (03:58 A 04:49)

ESSA QUESTÃO DE MORAR NO TRABALHO...

LOCUTORA

AS ROTINAS EXAUSTIVAS FAZEM PARTE DA REALIDADE DE MILHARES DE TRABALHADORES BRASILEIROS. NO TRABALHO DOMÉSTICO, ESSA REALIDADE GANHA CONTORNOS AINDA MAIS SILENCIOSOS. ISSO PORQUE GRANDE PARTE DESSAS ATIVIDADES ACONTECEM DENTRO DAS CASAS, LONGE DOS OLHARES PÚBLICOS E, MUITAS VEZES, SEM FISCALIZAÇÃO.

DURANTE MUITOS ANOS, TRABALHADORAS DOMÉSTICAS FORAM PRIVADAS DE DIREITOS BÁSICOS GARANTIDOS A OUTRAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS.

MESMO APÓS AVANÇOS LEGAIS, MUITAS MULHERES AINDA ENFRENTAM JORNADAS ABUSIVAS, ACÚMULO DE FUNÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO MARCADAS PELA INFORMALIDADE E PELA DEPENDÊNCIA FINANCEIRA.

DE ACORDO COM O ARTIGO 149 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, SUBMETER ALGUÉM A JORNADAS EXAUSTIVAS É UMA DAS CARACTERÍSTICAS QUE CONFIGURAM O TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA.

EFEITO DE TRANSIÇÃO

SOM DE CASA SENDO VARRIDA.

DEIXA DE ENTRADA — LOCUTORA

AS VEZES NESSA PROFISSÃO PARA MUITAS MULHERES, O DESCANSO NÃO CHEGA.

SONORA 4 — VALDELICE (07:47 A 08:29)

TRABALHAVA SEM JORNADA, MORANDO NO SERVIÇO...

EFEITO DE TRANSIÇÃO

SOM DE ÁGUA CAINDO

SONORA 3 — THEREZA (01:42 A 02:13 – 02:25 A 03:34)

VIM PRA FAZER COMPANHIA PRA UMA TIA MINHA...

EU ACHO QUE PASSEI UM ANO...

LOCUTORA

JORNADAS EXAUSTIVAS E EXPLORATÓRIAS SE FAZEM TAMBÉM PRESENTE NA PROFISSÃO. COMO RELATOU UMA DAS ENTREVISTADAS, QUANDO PERGUNTADA SE JÁ PASSOU POR ALGUMA SITUAÇÃO NO TRABALHO QUE LHE FEZ SE SENTIR EXPLORADA.

SONORA 3 — THEREZA (04:15 – 05:31)

E MUITO, MEU ÚLTIMO EMPREGO...

DEIXA DE SAÍDA — LOCUTORA

RELATOS COMO ESSE MOSTRAM COMO A EXAUSTÃO SE TORNA PARTE DA ROTINA E, MUITAS VEZES, ACABA SENDO NATURALIZADA.

BLOCO 2 — INFORMAÇÃO

03:00 A 04:40

TRILHA MAIS DENSE

LOCUTORA

NO TRABALHO DOMÉSTICO, JORNADAS EXCESSIVAS FREQUENTEMENTE SÃO JUSTIFICADAS PELA NECESSIDADE FINANCEIRA E PELA FALTA DE OUTRAS OPORTUNIDADES DE TRABALHO.

MUITAS MULHERES PERMANECEM NESSAS CONDIÇÕES POR NÃO ENXERGAREM ALTERNATIVAS DE RENDA, ESPECIALMENTE EM CONTEXTOS MARCADOS PELA DESIGUALDADE SOCIAL.

A SOBRECARGA TAMBÉM REVELA UMA QUESTÃO ESTRUTURAL: QUEM CUIDA DE QUEM CUIDA?

EFEITO DE TRANSIÇÃO

ÁGUA CAINDO

SONORA 2 — THEODORA (05:47 A 08:18 – 09:34 A 09:56)

EU JÁ TIVE UMA EXPERIÊNCIA MUITO RUIM...

SEMPRE TEM AQUELA EXPLORAÇÃO...

EFEITO DE TRANSIÇÃO

PRATOS SENDO LAVADOS

SONORA 1 – MARIA ISABEL (04:53 A 05:32 – 07:51 A 08:47 – 19:43 A 20:20)

QUANDO EU COMPLETEI DE 17 A 18...

E QUANDO EU TRABALHAVA...

NO INÍCIO QUANDO EU FUI PRA LÁ...

DEIXA DE SAÍDA — LOCUTORA

A ROTINA DOMÉSTICA SEM OS DIREITOS É TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

SONORA 1 – MARIA ISABEL (25:03 A 26:45)

NO INÍCIO QUE EU COMECEI A TRABALHAR NA CASA...

EFEITO DE TRANSIÇÃO

PANELA DE PRESSÃO CHIANDO

SONORA 3 – TEREZA (17:37 A 19:03)

O TRABALHO DOMÉSTICO HOJE, ELES DEVIAM PENSAR ASSIM...

TRILHA SOBE LEVEMENTE

ENCERRAMENTO — 05:40 A 06:30

LOCUTORA

FALAR SOBRE ROTINAS EXAUSTIVAS É FALAR SOBRE DIREITOS HUMANOS, DIGNIDADE E VALORIZAÇÃO DA VIDA.

E QUESTIONAR ESSAS CONDIÇÕES É TAMBÉM ROMPER O SILÊNCIO.

É RECONHECER QUE O TRABALHO NÃO PODE ULTRAPASSAR OS LIMITES DO CORPO, DA SAÚDE E DA VIDA.

NO PRÓXIMO EPISÓDIO, VAMOS DISCUTIR AS QUESTÕES DE RAÇA E GÊNERO NO AMBIENTE DO TRABALHO DOMÉSTICO.

EU SOU HEMYLLY MENDES E ESTE FOI O PODCAST “*ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA: MEMÓRIAS E REALIDADES DO TRABALHO DOMÉSTICO*”.

O PODCAST DOCUMENTAL “*ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA: MEMÓRIAS E REALIDADE DO TRABALHO DOMÉSTICO*”

É RESULTADO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DA DISCENTE HEMYLLY MENDES PARA O CURSO DE RÁDIO E TV DA UFMA. //

ORIENTAÇÃO: PROFESSORA DOUTORA FLÁVIA MOURA

ROTEIRO E APRESENTAÇÃO: HEMYLLY MENDES

ÁUDIO: JORGE SOUSA

EDIÇÃO E SONOPLASTIA: SAYLON SOUSA

“Escravidão Contemporânea: Memórias e Realidades do Trabalho Doméstico”

FORMATO

Podcast documental/jornalístico

Duração: até 10 minutos por episódio

Narradora/Locutora principal

Sonoras de entrevistadas

Trilha ambiente + efeitos sonoros realistas

EPISÓDIO 3: “RAÇA E GÊNERO”

BLOCO

1

(Som de ônibus passando cedo)

(Passos apressados na rua)

(Chaves tilintando)

(Porta abrindo)

(Água correndo na pia)

(Vassoura no chão)

(Rádio baixo ao fundo)

VOZ FEMININA ADULTA (EMOCIONADA, REFLEXIVA — FORA DE CENA)

DESDE MUITO NOVA EU APRENDI QUE PRECISAVA TRABALHAR. E QUASE SEMPRE OS TRABALHOS QUE APARECIAM ERAM OS MESMOS... LIMPAR, COZINHAR, CUIDAR.

(PAUSA)

VOZ FEMININA ADULTA

SER MULHER NEGRA NO BRASIL É CARREGAR MUITOS PESOS AO MESMO TEMPO.

(SILÊNCIO BREVE)

(TRILHA SUAVE COMEÇA A SUBIR)

LOCUTORA

RAÇA E GÊNERO AINDA DETERMINAM QUEM OCUPA OS LUGARES MAIS VULNERÁVEIS NO MERCADO DE TRABALHO.

MULHERES NEGRAS SEGUEM SENDO MAIORIA EM TRABALHOS PRECARIZADOS, MAL REMUNERADOS E MARCADOS PELA INVISIBILIDADE — ESPECIALMENTE NO TRABALHO DOMÉSTICO.

MAIS DO QUE NÚMEROS, ESSA REALIDADE REVELA MARCAS HISTÓRICAS PROFUNDAS QUE ATRAVESSAM GERAÇÕES.

EU SOU HEMYLLY MENDES E ESTE É O TERCEIRO EPISÓDIO DO PODCAST *“ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA: MEMÓRIAS E REALIDADES DO TRABALHO DOMÉSTICO”*.

VINHETA

(TRILHA IDENTIDADE DO PODCAST)

BLOCO 1 — CONTEXTUALIZAÇÃO

SONORA 1 - (MARIA ISABELE 22:45 A 23:39)

INFELIZMENTE A VALORIZAÇÃO AINDA É UM DESAFIO PRA GENTE...

TRILHA BAIXA

LOCUTORA

A DISCUSSÃO SOBRE RAÇA E GÊNERO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO VÃO MUITO ALÉM DA DESIGUALDADE SALARIAL. ELA ENVOLVE ACESSO, OPORTUNIDADES, RECONHECIMENTO E DIREITOS.

NO BRASIL, MULHERES NEGRAS OCUPAM GRANDE PARTE DOS TRABALHOS DOMÉSTICOS E INFORMAIS.

O TRABALHO DOMÉSTICO BRASILEIRO POSSUI RAÍZES PROFUNDAS NO PERÍODO ESCRAVOCRATA, QUANDO MULHERES NEGRAS ERAM FORÇADAS AO CUIDADO DAS CASAS E DAS FAMÍLIAS DE SEUS SENHORES, ENQUANTO SUAS PRÓPRIAS VIDAS ERAM INVISIBILIZADAS.

MESMO APÓS A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO, MUITAS DESSAS ESTRUTURAS PERMANECERAM PRESENTES NA SOCIEDADE BRASILEIRA.

HOJE, EMBORA EXISTAM AVANÇOS LEGAIS, AINDA SÃO AS MULHERES NEGRAS QUE ENFRENTAM AS MAIORES DIFICULDADES DE ACESSO A EMPREGOS FORMAIS, SALÁRIOS DIGNOS E CONDIÇÕES JUSTAS DE TRABALHO.

EFEITO DE TRANSIÇÃO

SOM DE ÔNIBUS PARANDO, PORTA DE CASA ABRINDO)

DEIXA DE ENTRADA — LOCUTORA

EM SUA MAIORIA O TRABALHO DOMÉSTICO PARA MULHERES NEGRAS APARECE DESDE CEDO COMO A ÚNICA POSSIBILIDADE DE SOBREVIVÊNCIA.

SONORA 3 — TEREZA (10:01 A 11:03)

EU VIM DO INTERIOR, DE NÃO TER INSTRUÇÕES, ESTUDOS...

DEIXA DE SAÍDA — LOCUTORA

DENTRO DO CONTEXTO DO TRABALHO DOMÉSTICO NENHUMA EXPERIÊNCIA É INDIVIDUAL.

BLOCO 2 — INFORMAÇÃO**TRILHA MAIS DENSE****LOCUTORA**

A MULHER NEGRA OCUPA UM LUGAR CENTRAL NAS DISCUSSÕES SOBRE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL.

HISTORICAMENTE ASSOCIADAS AO CUIDADO E AO SERVIÇO DOMÉSTICO, MUITAS MULHERES NEGRAS ENFRENTAM JORNADAS EXAUSTIVAS, BAIXOS SALÁRIOS E SITUAÇÕES CONSTANTES DE INVISIBILIDADE SOCIAL.

EM MUITOS AMBIENTES, O TRABALHO DOMÉSTICO AINDA É VISTO COMO UMA OBRIGAÇÃO NATURAL DA MULHER NEGRA, E NÃO COMO UMA PROFISSÃO QUE EXIGE DIREITOS, RECONHECIMENTO E DIGNIDADE.

EFEITO DE TRANSIÇÃO

PORTA ABRINDO

DEIXA DE ENTRADA — LOCUTORA

QUANDO RAÇA, GÊNERO E CLASSE SOCIAL SE CRUZAM, A VULNERABILIDADE SE TORNA AINDA MAIOR.

SONORA 4 — VALDELICE (06:20 - 06:33)

A GENTE NUNCA É CHAMADA PELO NOME...

EFEITO DE TRANSIÇÃO

SONORA 1 — ISABEL (15:31 A 16:02)

EU NÃO ENCONTREI OUTRO EMPREGO...

DEIXA DE SAÍDA — LOCUTORA

ROMPER O SILÊNCIO É UM PASSO IMPORTANTE PARA TRANSFORMAR ESSA REALIDADE.

ENCERRAMENTO**TRILHA SOBE LEVEMENTE****LOCUTORA**

FALAR SOBRE RAÇA E GÊNERO É FALAR SOBRE ESTRUTURAS HISTÓRICAS QUE AINDA MOLDAM A SOCIEDADE BRASILEIRA.

É COMPREENDER QUE A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO POSSUI COR, GÊNERO E CLASSE SOCIAL.

TAMBÉM É RECONHECER A IMPORTÂNCIA DE OUVIR, VALORIZAR E VISIBILIZAR HISTÓRIAS QUE DURANTE MUITO TEMPO FORAM SILENCIADAS.

PORQUE DISCUTIR TRABALHO DOMÉSTICO É TAMBÉM DISCUTIR MEMÓRIA, DESIGUALDADE E DIREITOS HUMANOS.

EU SOU HEMYLLY MENDES E ESTE FOI O PODCAST “*ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA: MEMÓRIAS E REALIDADES DO TRABALHO DOMÉSTICO*”.

A CONVERSA PAUSA POR AQUI, MAS A ESCUTA CONTINUA NO DIA A DIA.

O PODCAST DOCUMENTAL “*ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA: MEMÓRIAS E REALIDADE DO TRABALHO DOMÉSTICO*”

É RESULTADO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DA DISCENTE HEMYLLY MENDES PARA O CURSO DE RÁDIO E TV DA UFMA. //

ORIENTAÇÃO: PROFESSORA DOUTORA FLÁVIA MOURA

ROTEIRO E APRESENTAÇÃO: HEMYLLY MENDES

ÁUDIO: JORGE SOUSA

EDIÇÃO E SONOPLASTIA: SAYLON SOUSA

APÊNDICE C - Termo de autorização de uso de voz

(Para ser lido e gravado pela entrevistada, ao final da entrevista)

“Eu, [nome completo da entrevistada], autorizo o uso da minha voz para fins de pesquisa acadêmica no projeto de Trabalho de Conclusão de Curso da estudante Hemyly Mendes, do curso de Comunicação Social – Rádio e TV. Declaro estar ciente de que essa gravação será utilizada apenas para fins acadêmicos, podendo ser editada e exibida em produtos sonoros relacionados ao trabalho, sem fins lucrativos”.

APÊNDICE D - Termo de autorização de uso de voz

1. O WhatsApp como Ferramenta de Mediação: Reconhecendo o smartphone como o "radinho de pilha" da contemporaneidade, a principal estratégia de distribuição direta será via WhatsApp. Compartilhando os links em grupos e para amigos e conhecidos ouvirem o material e também em grupos de trabalhadoras domésticas e redes sindicais. Essa escolha técnica justifica-se pela facilidade de acesso dessas mulheres à ferramenta, permitindo que a voz das colaboradoras retorne ao seu território de origem e promova o autorreconhecimento.

2. Parceria com o Sindoméstico-MA: Como estratégia de circulação offline, propõe-se a disponibilização dos episódios para uso em reuniões de base do sindicato e em ações de conscientização no próprio espaço, garantindo que o conhecimento produzido na academia cumpra sua função social.